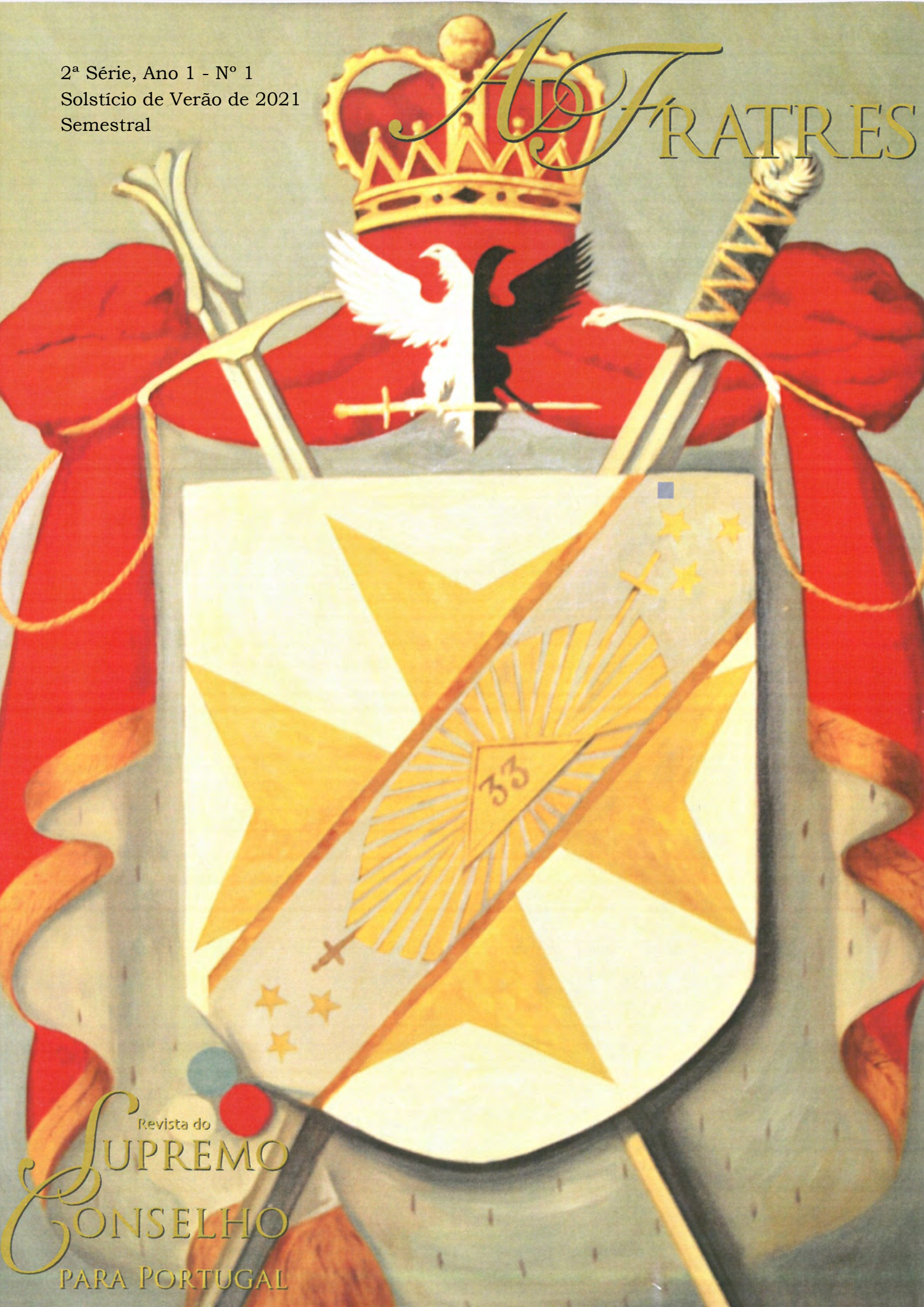


2ª Série, Ano 1 - Nº 1  
Solstício de Verão de 2021  
Semestral

# AD FRATRES



Revista do  
**SUPREMO  
& CONSELHO**  
PARA PORTUGAL



**Ficha Técnica**

**Revista Digital Semestral**

**Propriedade: Associação Cultural Albert Pike**

**Direcção Editorial: António Balcão Vicente**

**Sede: Rua João Saraiva, 34, 1º**

**1700-250 Lisboa**

**[adfratres@scg33.pt](mailto:adfratres@scg33.pt)**

**2ª Série, Ano 1, Nº 1 (Solstício de**



## INDICE

Editorial	4
FANTASMAS DO PASSADO	5
TEMPO DE PENSAR - TEMPO DE AGIR	8
JUSTIÇA DIVINA NA MÚSICA CLÁSSICA	13
O ARQUÉTIPO DA PONTE	18
A TOLERÂNCIA	24
A VERDADE	26
VIRTUDE, VERDADE E HONRA	29
MAÇONARIA, NATUREZA E JUSTIÇA	34
A JUSTIÇA	40
INSTALAÇÃO DO TEMPLO EM PORTUGAL	
Processo duplamente fundacional	45
LEITURAS	60



## EDITORIAL

Após um longo hiato, o Supremo Conselho para Portugal dos Soberanos Grandes Inspectores Gerais do 33º e Último Grau do Rito Escocês Antigo e Aceite volta ao contacto com os seus leitores através da *Ad Fratres* que, agora, se apresenta, mantendo apenas o suporte digital, mas em formato renovado.

De publicação semestral, a *Ad Fratres* será editada nos dias de S. João, correspondendo às arcanas datas solsticiais.

O seu conteúdo, sem prejuízo da publicação de temas mais aprofundados de estudo, reflectirá, essencialmente, tal como na 1ª Série, a actividade desenvolvida nos corpos subordinados com a apresentação de balaústres que responsabilizam exclusivamente os seus autores.

António Vicente, 33º,

G.: S.: G.: S.: I.:

## FANTASMAS DO PASSADO

Num momento em que o confinamento que nos é imposto impede a aproximação física tão característica da maçonaria, aproximação que traduzimos pelo abraço fraterno e pela cadeia de união, permitam-me, meus Irmãos, uma breve reflexão sobre as contingências que, num outro período histórico e por motivos bem diversos, outros maçons, portugueses e espanhóis, se viram impossibilitados de praticar a arte real no espaço sagrado do Templo.

A maçonaria em Espanha mantém, ainda hoje, uma presença débil na sociedade espanhola, se a compararmos com a existente nos outros países latino-mediterrânicos mais próximos.

Esta situação, é ainda o resultado da permanente intoxicação contra a Maçonaria a que a sociedade espanhola foi sujeitada, levada a cabo pela ditadura franquista, ao longo dos 36 anos em que subjugou o povo espanhol.

Não contente com as perseguições que exerceu, quer durante a guerra civil, quer nos anos subsequentes, a partir de 1946 fez publicar, no *Arriba*, um vasto conjunto de artigos, de autoria do *caudillo*, denunciando os malefícios da Maçonaria, cujos membros considerava mais perigosos que os *rojos*, num ódio sectário que manteria até ao final da sua vida.

Franco mantinha-se coerente com o disposto na célebre Lei de 1 de Março de 1940 sobre a repressão da maçonaria e do comunismo, em cujo preâmbulo assacava à maçonaria, que ilegalizava, ter contribuído para a decadência de Espanha, pois «ningún factor (...) influyó tan perniciosamente en la misma y frustró com tanta frecuencia las saludables reacciones populares y el heroísmo de nuestras Armas, como las sociedades secretas de todo orden y las fuerzas internacionales de índole clandestina».

Com esta lei, Franco concluía o que iniciara em 15 de Setembro de 1936, quando, na qualidade de comandante-em-chefe das Canárias, ordenou o confisco de bens maçónicos, e a prisão por crime de rebelião de todos os que supostamente fossem associados à Maçonaria, a que acrescentaria a ordem de destruir todas as inscrições e símbolos maçónicos em solo espanhol, por Decreto de 1938.

De igual forma agia Salazar em Portugal ao publicar a Lei nº 1901 de 21 de Maio de 1935, proposta pelo deputado José Cabral que, a pretexto de dissolver e ilegalizar as sociedades secretas, tinha em vista atingir a Maçonaria.



Em vão tinham sido o apelo dirigido, em 31 de Janeiro, pelo Grão-Mestre Norton de Matos ao Presidente da Assembleia Nacional, o antigo maçom José Alberto dos Reis e o eloquente artigo que Fernando Pessoa publicou em defesa da Maçonaria, no *Diário de Lisboa* de 4 de Fevereiro. O ditador tinha por objectivo varrer os «pedreiros-livres» da terra portuguesa, à semelhança do que afirmava o futuro Primaz de Espanha, cardeal Gomà: «De la masonería no quiero que queden en España ni las raices».

Também, em Portugal, a ilegalização da maçonaria culminava um processo persecutório que se iniciara com a chegada de Salazar ao poder.

De facto, é com a ascensão de Salazar que, em 16 de Abril de 1929, se assiste ao primeiro assalto ao palácio maçónico de Lisboa e às primeiras prisões de maçons. Com a lei nº 1901, o palácio maçónico foi confiscado para nele se instalar a Legião Portuguesa e todos os que pretendessem exercer funções públicas passavam a ter que declarar, por sua honra, que não pertenciam a qualquer associação secreta.

Salazar tinha clara consciência das relações existentes entre maçons espanhóis e portugueses e do apoio que aqueles prestavam às várias tentativas de derrube da ditadura imposta em Portugal, em 1926. Relações especialmente intensas foram estabelecidas com o maçom Manuel Azaña, desempenhando a função de Ministro da Guerra da República Espanhola, passa a articular-se com os maçons e oposicionistas portugueses Afonso Costa, Jaime

Corteso, Cunha Leal, Aquilino Ribeiro e António Sérgio, tendo em vista o derrube da ditadura portuguesa.

É o seu apoio que se pretende quando, após a revolta falhada de 26 de Agosto de 1931, em que várias lojas portuguesas estão envolvidas, se procede à transferência da secretaria do GOLU para Espanha, ao mesmo tempo que muitos maçons portugueses buscam em Madrid o amparo para perseguição de que são alvo em Portugal.

ANO 14.º LISBOA - SEGUNDA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 1935 N.º 4398

# Diário de Lisboa

Numero avulso DO CENTAVO  
Administrador e editor  
**MANZON DE SEQUEIRA**  
ADMINISTRADOR - Rua de São, 87, 1.º  
Rua da Alegria, 2120A

DIRETOR  
**JOAQUIM MANSO**

Propriedade da **SENAÇÃO GRATUA**  
Batalha, suspenção e impressão  
**RUA LUZ SORIANO, 44**  
TELEFONOS - 1.º 102, 1.º 103 e 1.º 107  
Telefax: Mergulho, 2120A

ESTE NUMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

## "Associações secretas"

**N**O indo ocidental da estação de Campolide, e dentro dos terrenos da C. P., mas limitados das oficinas por um gradimento, ha desde ha muitos annos uma secretia para o publico, que parte da calçada dos Meistres e desmbeem quasi delivante do porta exterior da estação, occultando o caminho algumas ostenças de netros, o que equivale a tempo possado para quem sai tomar um combom.

Esses terrenos são por ha, constituindo solo por entalimento, os detritos do cordão, cimas das grelhas.

Donde ha semmas que que torcere — ha dizer do povo — entrou vs arder. Levantaram-se raios de fumo de combinação esportivas dos terrenos entalimados de raios de cavado, mas consuamido. Com a humidade das nuvens da o spettacolo offerece a curiosidade. O terreno contem a abeter por infiltração e brechas, desentelando-se, e offerecendo perigo.

Entem a secretia foi fechada ao publico, ficando ha apenas um guarda. Agora a volta para chegar a estação e mais larga e penosa. O coincido subterraneo continua. E a secretia simplista do povo que por ali mora fero a roover que «cho arde indo».

Parce um valido sem boca — dizem os que ignoram o fundamento natural e o aspecto intencio do incidente, que — diga-se em abono da verdade — podia ter sido prevista.

**A TELEVISÃO...**

Pois sera um facto dentro da alguns meses, um facto — para toda a gente, e não apenas para uma roda de tacões ou de raras amadoras do progresso da T. S. F.

O ministro ignota das Comunicações assom a declinar no Parlamento. Herora emissoes diarias de programas de televisão, já no campo pratico e accionel, e offerecendo um largo campo de possibilidades mais modestas.

Estariam na nossa casa, comodamente, a ver e a ouvir — a um tempo — o que se passa na Inglaterra e melagra da ciencia (embora já ha dois ou três annos revelado) que seria avarer de panno os nossos ministros, que accuariam os sabios de felicitos.

**ARTUR Ind.** um dos mais distinguos jornalistas de moderna generão, director do interessante semanario «O Diabo», acaba de publicar um livro intitulado «Toré» — Norte 2003 — reportagem de raso, que é um belo trabalho literario, e que o nosso critico se ha de referir em breve.

O volume, que se apresenta com ezcedente aspecto pratico e ao qual este por certo reservado um grande credito, tem uma capa suggestiva de Nobre.

**F**OI hoje posta a venda a segunda edição do livro de Armando Ferreira «Lisboa sem cantos», e ao qual esta primeira edição deste interessante volume hueristico expoz-se em dez dias.

**PRINCIPAL de Guis** — sempre excentrico e simpatico — apaixonou-se pelo encanto misterioso da extrema, esse instrumento musical que raros cultivos pela difficuldade que offerece. Com entusiasmo, estudou a historia e a tecnica do classico instrumento, e compoe mesmo uma peça musical, uma marcha de ritmos lentos destinada a Guarda Escocesa, cujos artífices a ensaiaram para ser executada no andar da guarda em Saint James e em Buckingham Palace.

A rainha de Inglaterra é amadora de musica e de belo canto, mas as suas produções não são ouvidas senão pelo limitado grupo que vive ou frequenta os palcos. A «opera do Principe de Monaco» que Guis não só compoe e para o fello inglês, com a sua fundo de bonomia ou de intencionalidade, isto constitua um acontecimento. E o bom humor offerece:

— Encontra o nosso principio a seu bom caminho? \*

**A ULTIMA conferencia da série de trabalhos**, lida a 2 de febreiro na Camara Municipal no seu salão nobre, realizou-se o architecto sr. Paulino Bonfim, que falou sobre da architectura da Cidade, representando um trabalho interessantissimo, fundamentado, de retro erudito e de um novador sentido moderno, e com figurante oportunidade.

O trabalho do distincto architecto, que pertence a geração dos architectos que se estudam sempre, foi ser publicado, circunstancia que até certo ponto nos redime do facto de não termos publicado qualquer extracto da sua conferencia — o que estava na nossa intencão — e que a falta de espaço impedia que fizessemos outro.

**CAMARA Officio de Industria**, de Madrid, aprova uma proposta senado de se estabelecer commercio com Portugal, lembrando que ainda não estejam reguladas as relações commerciaes entre os dois Estados, e que o tratado entre Portugal e a Espanha para a exportação de Portugal para Espanha foi de cinquenta milhões de pesetas, e a de Espanha para Portugal de cinquenta milhões, em 1923 foi a primeira vez em sete milhões, e a segunda de sete milhões.

**E STA reida no livro o sr. Claudio da Mata**, illustre ministro do Negocios Estrangeiros, por cujas melhores fazemos sinceros votos.

**Comego por uma referencia pessoal**, que cuido por necessaria não deixar evitar. Não sou maçom, nem pertenço a qualquer outro Ordem, semelhante ou diferente. Não sou posico anti-maçom, pois o que me interessa absolutamente favoravel a Ordem Maçonica. A estas duas circunstancias, que em certo modo me habilitam a poder ser imparcial na materia, acresce a de que, por virtude de certos estudos meus, cuja natureza certifica a parte oculta da Maçonaria — ponto que nada tem de politico ou social — fui necessariamente levado a estudar tambem esse assumto — assumto muito bello, mas muito difficil, sobretudo para quem o estuda de fora. Tendo isto por fim, certa preparação, cuja natureza não me proponho indicar, pois é, embora lentamente, comprehendendo o que ha e sabendo meditar o que convem escrever. Posso hoje dizer, sera que use de excoero de validade, que ponha gentileza, fora da Maçonaria, aqui se em qualquer outra parte, que trata tenha comprehendido entralmente a alma daquella vida, e portanto, e derivadamente, não seras aspectos por sentir dizer referens.

Dei de mim, e desle modo, e ao sr. José Cabral e o seu collago legisladores saluam perfeitamente com lina está fallando, e a Maçonaria em supor que, como a maioria não faz, creio, offerece ao sr. José Cabral em supor que, como a maioria (Ver continuação na pagina central)

Desse período, ressaltava a intenção de fundar uma loja portuguesa em Madrid, ao que o GOLU se opõe porque a sua Constituição impede a fundação de oficinas em

países com os quais mantenha relações de amizade, sendo então constituída uma loja com o nome Loja República Portuguesa, sob jurisdição do Grande Oriente Espanhol, onde é registada sob o nº 18, havendo, ainda menções à fundação de uma outra Loja portuguesa em Espanha na dependência da Gran Logia Regional del Centro de España.

A vitória do franquismo e a sobrevivência das duas ditaduras ibéricas que, numa relação de amor-ódio, sempre souberam entender-se na perseguição aos inimigos comuns, ao mesmo tempo que dificultavam as relações entre as duas comunidades irmãs, acabou por criar e ampliar entre a opinião pública dos nossos povos a ideia de uma Maçonaria maléfica e inimiga da civilização cristã.

Sempre perseguida pelos regimes ditatoriais, a Maçonaria nos nossos países apenas voltaria a florescer após a recuperação da Liberdade e a instauração de regimes democráticos. Mas sofrendo sempre a incompreensão dos que não lhe suportam os princípios superiores que a enformam, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e dos que, não a conhecendo, sobre ela efabulam as mais tresloucadas teorias da conspiração

Sempre perseguida pelos regimes ditatoriais, a Maçonaria nos nossos países apenas voltaria a florescer após a recuperação da Liberdade e a instauração de regimes democráticos. Mas sofrendo sempre a incompreensão dos que não lhe suportam os princípios superiores que a enformam, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e dos que, não a conhecendo, sobre ela efabulam as mais tresloucadas teorias da conspiração.

Foi também em momentos de alguma convulsão que, dando uma autêntica lição de colaboração, coesão e sobretudo, amor, que se criaram os SS.:CC.: Rosa Cruz para Espanha e Portugal.

Espaço onde temos compartilhado esta amizade tão bem ressaltada nos balaústres que acabamos de ouvir.

O caminho continua a ser o da coerência entre a vida profana e a afirmação dos nossos valores, para que quando um profano nos encare possa afirmar: ali não vai apenas um homem. Ali vai um maçom.

Hoje, quando as trevas da intolerância ameaçam ressurgir por toda a Europa, quando os gritos da terrível invectiva “el masón al paredón” ecoam de novo nas ruas de Espanha, e novamente surgem, no parlamento português, propostas de lei contra a Maçonaria, é altura de reforçar a fraternidade que une os Irmãos portugueses e espanhóis, cientes de que, sendo a Fé e a Caridade fundamentais, nada poderemos se perdermos a Esperança.

(Texto apresentado no SS.:CC.: Rosa Cruz Ibéria)

*Manuel Alves de Almeida, 33º*  
Soberano Grande Comendador





## TEMPO DE PENSAR - TEMPO DE AGIR

Vivemos num tempo em que as incertezas se acumulam forçando o Homem a interrogar o futuro e a interrogar-se sobre a responsabilidade que lhe cabe na construção desse futuro.

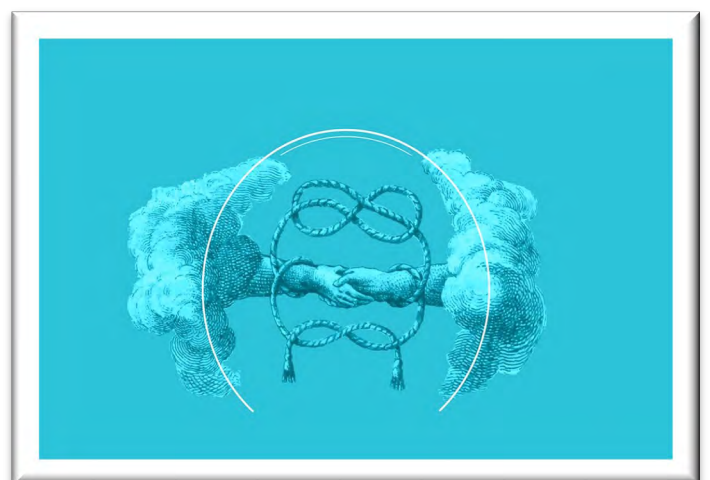
A Humanidade está a ser empurrada para formas de vida cada dia mais aceleradas e quantificadas que condicionam o que pensa e o que faz. Foi Forrastié, autor a quem os holofotes da fama prestaram pouca atenção, quem deu voz às preocupações de muitos: “ Se o Homem entra todo ele no meio técnico, poderá nele viver com os instintos, os reflexos que eram válidos no meio natural?”

Assistimos, nos últimos séculos ao início da corrida entusiástica e sem freio que substituiu o plácido passeio através dos campos e das aldeias. Uma corrida provocada e estimulada por Gutenberg, pelo Humanismo, Enciclopedismo, Revoluções Francesa, Americana, Industriais, e por muitos outros que, de mãos dadas, transformaram o mundo sem se darem conta de que estavam a levar as fronteiras para mais longe.

Muitos dos paradigmas que tinham escondido e emoldurado a vida dos Homens foram definitivamente dispensados e só terão interesse para os que estudarem a evolução da sociedade a que temos pertencido.

Hoje, o Homem tem de acertar o passo com os saberes, os conhecimentos, os modelos culturais, políticos, científicos e técnicos que, numa avalanche ininterrupta o atinge diariamente não lhe permitindo fazer escolhas rigorosas nem, muito menos, aprofundar uma hierarquia de valores e de princípios.

Sem pessimismos, cogitando com os meus botões, temo que possamos deslizar para o que chamo um princípio de desregulação psicossocial não sendo amanhã o Homem mais do que um mero receptor acrítico de informações, muitas vezes emitidas por fontes respeitáveis e, muitas outras vezes emitidas por fontes pouco respeitáveis concebidas com o claro objectivo da manipulação, tenha esta intuições comerciais, políticas ou ideológicas.







O Homem é levado a recordar que, ao longo de séculos, foi criando uma sólida muralha que sempre foi reforçando, atrás da qual se sentia a coberto de quezílias e de discussões sobre temas que, além de complicados, lhe pareciam inúteis. Essa muralha, construída sob o pretexto da Religião e da Moral, foi sendo erguida e engrossada com regras e mandamentos apresentados com solenes roupagens, às quais não faltava a exaltação de entidades inatingíveis. Todavia, não era esquecido que os principais objectivos que as regras e os mandamentos visavam eram claramente utilitários, transmitindo formas de relacionamento entre os homens, apontando-lhes também a forma como deveriam evitar os obstáculos que os pudessem estorvar.

Para garantir a solidez da muralha foi colocando, metodicamente, seixos que eram oferecidos pela Família, pela Escola, pelo Estado e pelas instituições que calafetavam os interstícios por onde se podiam insinuar dúvidas e questiúnculas.

Só que... o Homem dos dias de hoje, cada vez mais dependente dos chamamentos dos interesses concretos e imediatos,

pouca atenção presta a imposições que nada lhe oferecem e volta-lhes as costas percebendo no entanto, que não pode arriscar-se no deserto sem o apoio de guias. E, se é certo que tenta muitas vezes encontrar arrimo em práticas que lhe são oferecidas por seitas que dizem conduzir a todos os Nirvanas, também é verdade que, deposita maior confiança em duas colunas que franqueiam a entrada nos tempos novos: a Educação e a Cultura. Ainda que sejam complementares e ajam em áreas secantes, cumprem missões bem caracterizadas.

A Educação é formadora de personalidades e transmissora de conhecimentos cabendo-lhe a responsabilidade de os saber escolher e de os saber difundir. Como sabiamente Montaigne considerou, “ a finalidade do ensino não é encher um vaso, é acender um fogo”.

À Cultura, compete desbravar e propor ca-

minhos enquanto cuida do património que o Homem reuniu durante séculos nos vários domínios em que foi usufruindo as dádivas que a vida lhe foi oferecendo. O vastíssimo manancial de que hoje disfrutamos e que modela muito do que somos, pode com graça aparentemente despreziosa, dar origem à definição “ cultura é tudo o que sabemos, depois de termos esquecido tudo o que aprendemos”. Subtilezas...

A Cultura é bivalente porque, se é guardião dos saberes da Filosofia Grega, da Nona Sinfonia ou do King Lear, também é porta aberta que nos convida a entrar em novos futuros.

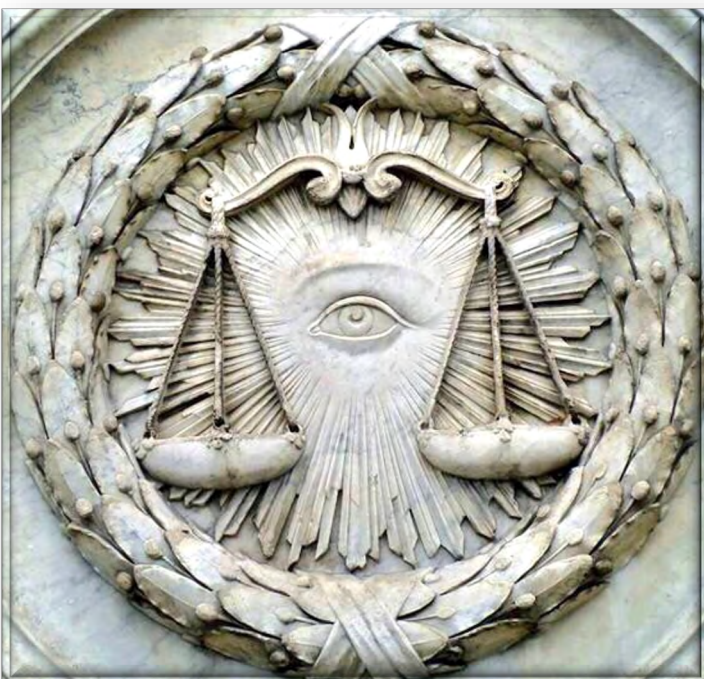
Com a clareza frontal que os tempos actuais exigem, há que reconhecer que, tanto a Educação como a Cultura, não podem viver enclausuradas no concreto, estático e inerte, rotineiramente racional, porque, se neste se pode encontrar explicação para muito, não se pode encontrar explicação para tudo.

Como tantos e tantos homens já fizeram, há que tentar entrar na caverna escura usando os bordões oferecidos pela mente e pelos símbolos que formos juntando nos alforges. Se olharmos os símbolos e formos capazes de ouvir o que têm para nos dizer, seremos levados a distâncias bem maiores do que a realidade, seca e espartilhada, nos oferece. Com a sua ajuda, poderemos chegar à importância que a imagem assume no nosso quotidiano. De todas as áreas nos pretendem impor imagens deturpadas que trazem consigo verdades alargadas ou minoradas, quando não descaradas inverdades.

A Maçonaria, através da cultura que a sustenta e de que cuida exigentemente, conhece bem a estreita relação entre o símbolo e a imagem, pelo que, não fugindo ao real, tenta entendê-lo com a ajuda da interpretação que faz do que está para além do que os sentidos apontam, alargando assim os horizontes que as limitações destes condicionam.

Abrindo asas, sem abandonar o rigor, sem cedências mas também sem amarras, torna-se assim incómoda para quem insiste em olhá-la com o azedume de quem teme ser desmascarado e se esconde atrás de muralhas dogmáticas impenetráveis à luz.

A Maçonaria caminha guiada pela cultura que, ao longo de séculos, foi burilando, buscando sempre fontes de valorização, não originando conflitos nem agindo em função de atitudes ou procedimentos alheios.



Foi, como seria inevitável, desafiada para confrontos, onde poucas vezes foi proposta a sã troca de ideias e de conceitos, mas nas quais a Maçonaria ofereceu tolerância, solidariedade, fraternidade e disponibilidade para ouvir, aguardando sempre que os interlocutores estivessem abertos a perceber que é urgente que, quem tem o propósito de servir a Humanidade, se deve unir, ou pelo menos respeitar. Já

sem surpresa, continuou a deparar com ódio e intransigência de quem não está seguro das convicções que brande como armas letais.

Quando se comemoram 200 anos sobre o fim do Tribunal do Santo Ofício, verificamos, com pesar, que tal fim não terá chegado ao conhecimento de todas as almas...

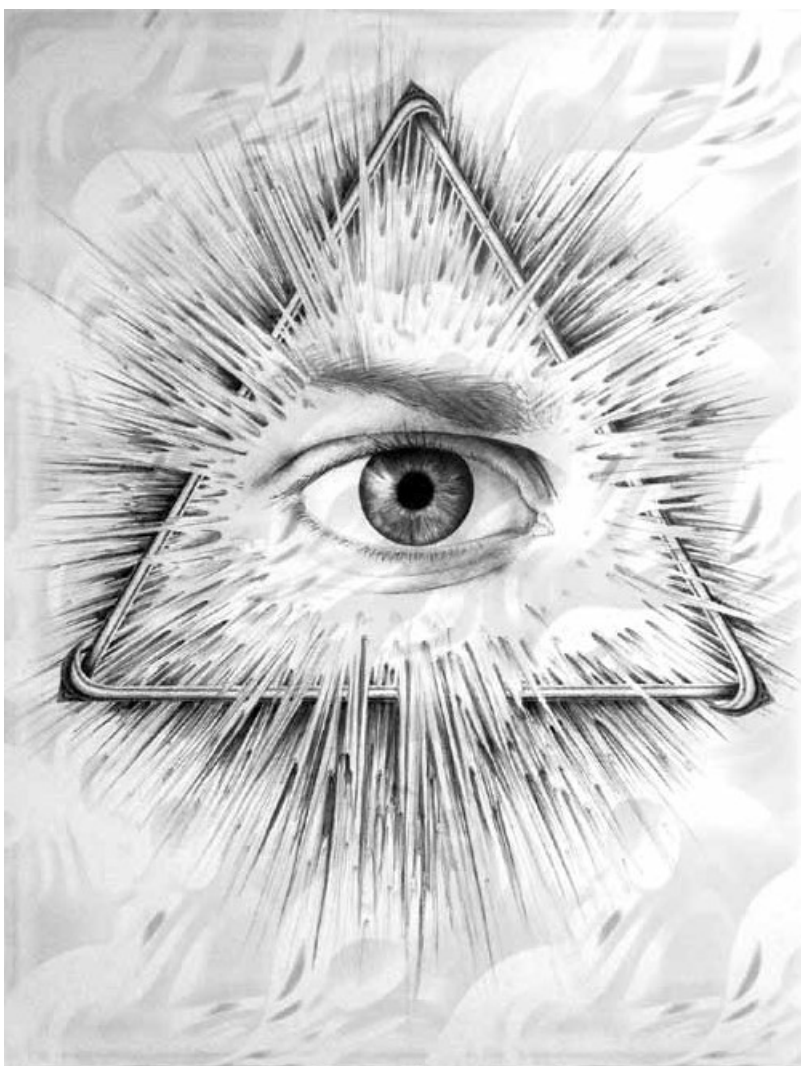
Ainda ouvimos as vozes, vindas da escuridão, dos que, cegamente, acusam a Maçonaria das mais tenebrosas práticas contra a Religião sem cuidarem de saber que, por exemplo, a Grande Loja Legal de Portugal/Grande Loja Regular de Portugal exige aos candidatos à admissão na associação que sejam

em que um dos contentores respeitaria os ditames da verdade e da dignidade e o outro usaria a insídia e a rasteira insinuação. Não podemos porém, porque não devemos, ficar indiferentes perante uma situação que, embora cubra de ridículo os nossos adversários, continua a medrar porque permanecemos calados, como que acorados. E, se não damos resposta casuística, porque esta traduziria a aceitação da

estratégia dos antagonistas que assim escolheriam o terreno da liça, as armas e a oportunidade, há que agir como entendermos, onde entendermos, com as armas da verdade, que são as nossas e em todos os locais que entendermos.

Num tempo em que a Maçonaria é desafiada a enfrentar ventos contrários, sociais, políticos e cul-

turais que tentam impeli-la para o envelhecimento e, nalguns casos ,para uma existência apagada e rotineira, a nossa voz deve fazer-se ouvir de forma bem audível, para o que deve usar a mais bela peça do seu acervo: a cultura maçónica.



Incisivamente: será a divulgação, criteriosa e rigorosa da cultura maçónica que logrará que venham a ser menos os que detestam a Maçonaria porque não a conhecem e passem a ser mais os que respeitam a Maçonaria porque a conhecem.

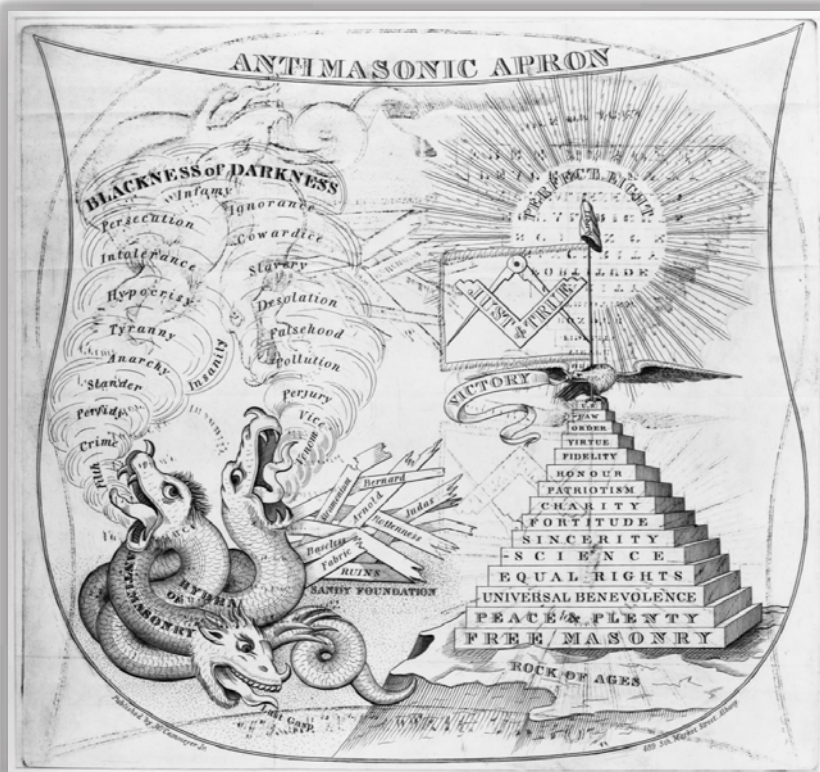
É neste cenário, velho de muitos anos, que se enquadra a *AD FRATRES*, desempenhando um papel de arauto, informando e submetendo à consideração de quem a lê, factos e conceitos que, culturalmente, dão a conhecer a verdadeira face da Maçonaria, com ênfase para os que caracterizam os valores e os princípios que estão na génese da instituição, que lhe dão vida hoje e, estamos seguros, lhe darão vida no futuro.

No palco estão, desde há vários anos, outras publicações que têm demonstrado a vontade de alguns maçons em se baterem, com coerência, com tolerância e sem acicatar ódios, pela criação de um imagem justa da Maçonaria.

A *AD FRATRES* engrossa assim, uma fileira que vem de longe, para o que conta com as colaborações, altamente qualificadas, de muitos maçons e dos que quiserem difundir textos que veiculem a cultura maçónica em meios diversos, não esquecendo aqueles onde normalmente a luz só entra mitigadamente.

A *AD FRATRES* não é uma torre em que se abrigam alguns que se julgam detentores de verdades dogmáticas. É um fórum aberto à discussão elevada dos temas que a Maçonaria mais preza e cultiva: a espiritualidade, a fraternidade, a solidariedade. Assim é, e assim continuará a ser.

*Trovão do Rosário, 33º*





**EIS AÍ AS HORAS QUE POR POUCO  
NÃO FICARAM PRESAS NOS ESPA-  
ÇOS.**

**EIS AQUI OS PÉS, SAPATOS, ALGU-  
MAS PEÇAS DE QUEM NUNCA PO-  
DERIA ESTAR ALI, NAQUELE ENTAR-  
DECER DE NOITE.**

**EIS AÍ O TUDO DO HOMEM. A SUA  
HUMANIDADE QUE PARECE POUCA  
PARA SE FAZER DELE O REI QUE DE-  
SEJAVA SER.**

Miguel Jorge

## JUSTIÇA DIVINA NA MÚSICA CLÁSSICA

*Dies irae* é um hino do século XIII, provavelmente escrito por Tomás de Celano, cujo conteúdo contempla a justiça divina, avisando os pecadores sobre o seu carácter implacável e impiedoso. O seu uso principal era na missa de defuntos, fazendo parte do célebre *Requiem* de Mozart e do não menos conceituado *Requiem* de Verdi.

*Dies iræ! dies illa*

*Solvat sæclum in favilla (...)*

significa:

«Dia da Ira, aquele dia  
Em que os séculos se dissolverão em cinza (...))»

e prossegue:

«Quanto terror está prestes a ser,  
Quando o Juiz estiver para vir,  
Em vias de julgar tudo severamente! (...)

Quando, pois, o juiz se assentar  
Tudo oculto revelar-se-á,  
Nada permanecerá sem castigo! (...)

Juiz justo da vingança,  
Dai-me do dom da remissão (dos pecados),  
Antes do dia do julgamento. (...))»

Para uma religião que prega o amor e o perdão, o texto surpreende pela violência expressa com grande plasticidade. Será que, naquele tempo, não existia o conceito de perdão? Jesus Cristo ensinou exactamente o contrário da lei de Talião, própria do Antigo Testamento, e revelou um Deus que ama os seus filhos, piedoso e indulgente. Ou será que esta interpreta-

ção é bastante moderna e ainda não existia ou, pelo menos, não prevalecia na Idade Média? Verdade é que o texto frisa a justiça do julgamento e também suplica pelo perdão.

«Minhas preces não são dignas,  
Mas, Tu (és) bom, age com bondade,  
Para que eu não seja queimado pelo fogo eterno. (...)

Oro-Vos, rogo-Vos de joelhos,  
com o coração contrito em cinzas,  
cuidai do meu fim.»

Para a presente explanação, interessa a música gerada por esta ideia da justiça divina, nomeadamente a reflexão do conteúdo filosófico no carácter das respetivas



obras e o desenvolvimento deste conceito nalgumas delas.

O canto gregoriano original que acompanha o texto em causa é um exemplo dos atributos deste género musical devido ao seu desenrolar muito regular; a monotonia rítmica cria um carácter solene, processional, austero, severo. Podemos imaginar os monges numa procissão, às escuras, durante a noite, só as tochas iluminando o pouco necessário para a progressão do conjunto. A prevalência do escuro sobre a luz simboliza o interior pouco confiante dos religiosos no seu caminho em direção ao momento da justiça final que, conforme o texto, não é muito convidativo.

O carácter desta música e, sobretudo, deste texto, fez de *Dies irae* um paradigma que atraiu muitos compositores e

que foi utilizado em dezenas de obras musicais, especialmente da época romântica, quando grande parte da música se alicerçava em ideias filosóficas sobre o bem e o mal, o paraíso, o purgatório e o inferno, etc.

Hoje queria aludir somente a duas obras, para piano e orquestra, uma de Liszt, outra de Rachmaninov.

A música de Liszt reflete o seu espírito profundamente religioso e o seu lado humano que não consegue desligar-se das tentações mundanas, específicas do século XIX, na Europa aristocrática e burguesa. Várias obras, entre as quais *Após uma leitura de Dante*, revelam uma aproximação filosófica da *Divina Comédia*, história de amor que nos ilustra a variedade e a complexidade da existência *post mortem*, conforme a imaginação do místico poeta medieval.



Liszt compôs em 1849 o *Totentanz*, *Dança dos mortos* em português. De facto, trata-se de umas variações sobre *Dies irae*, que metamorfoseiam o tema de uma maneira virtuosística para o pianista, resultando numa obra cheia de tensão dramática.

Quase um século mais tarde, em 1934, Rachmaninov escreveu outras variações para piano e orquestra, desta vez sobre um tema de Paganini, nomeadamente o tema do Capricho nº 24 para violino. Tam-

nunca visto até então, ter sido atribuído por muitos ao diabo, o que até dificultou o enterro do grande músico em solo sagrado.

Sobre este tema, alegadamente inspirado por lados menos aconselhados do Além, Rachmaninov escreveu a sua *Rapsódia sobre um tema de Paganini*, uma das obras mais difíceis e espetaculares para piano da história da música. Embora sendo uma



bém este tema inspirou muitos compositores a escreverem diversas obras-primas. Paganini, contemporâneo de Liszt, teve uma grande influência sobre este, nomeadamente no que diz respeito ao virtuosismo que ambos criaram para os seus instrumentos, violino e piano respectivamente. Para o nosso tema, interessante é o facto deste virtuosismo de Paganini,

pedra angular do virtuosismo pianístico, posso testemunhar que é possível tocá-la sem ajudas e compromissos transcendentes.

Interessante é que Rachmaninov acrescentou a este tema “diabólico” uma outra ideia musical, nada mais, nada menos, do que *Dies irae*, que funciona como um segundo tema da obra. Talvez tenha sido



para advertir sobre possíveis consequências, os pianistas que não trabalhem suficientemente a obra para ultrapassarem com brio as suas dificuldades. De qualquer maneira, a interligação filosófica entre os dois temas é óbvia.

Ainda mais interessante é o aparecimento antes do final, da célebre variação nº 18 que, no fundo, é a inversão do tema de Paganini. Assim sendo, se o tema original estava ligado ao inferno, a sua inversão musical simboliza exatamente o conceito oposto, o paraíso, quer dizer a confiança no perdão, piedade, indulgência.

A variação anterior está carregada de tensão devido ao seu ambiente escuro, desolador; é uma imersão na profundidade das trevas. Em seguida, acontece uma transfiguração total: a luz de uma beleza estonteante, surge algo tímida no início, tornando-se progressivamente mais envolvente; a música culmina de maneira apoteótica, emanando a felicidade despertada pelo paraíso alcançado.

Rachmaninov mostra-nos através da sua música que o amor do Pai prevalece sobre qualquer outro parâmetro da justiça, pelo menos tem confiança neste sentido. Desta maneira, coloca-se muito mais próximo do Deus do amor revelado por Cristo que aceitamos no presente.

Contudo, o fim da Rapsódia levanta algumas interrogações, pois *Dies irae* volta a assombrar o ambiente, talvez para lembrar que algum tipo de justiça deve existir também após o fim da vida e, por isso, não devemos deixar de ser vigilantes conosco próprios na nossa caminhada neste mundo.

### *Constantin Sandu 32º*



**D** I- es i-ræ, di- es illa, Solvet sæclum in favilla:  
Teste David cum Sibýlla. 2. Quántus tremor est futúrus,  
Quando ju-dex est ventúrus, Cuncta stricte discussúrus!

## O ARQUÉTIPO DA PONTE

Foi motivação para a escolha do tema “O ARQUÉTIPO DA PONTE” a terceira das 12 REGRAS DA MAÇONARIA REGULAR que se relembra *“A Maçonaria é uma Ordem, à qual só podem pertencer homens livres e de bons costumes, que se comprometem a pôr em prática um ideal de paz”*.

Igualmente motivação para o tema, a expressão do Papa Francisco: *“Apenas os que dialogam podem construir pontes e vínculos”*, tal como a do conceituado físico Isaac Newton: *“Construímos muros demais e pontes de menos”* e a do pastor baptista Joseph Fort Newton, autor do livro *Construtores: Uma história e Estudo da Maçonaria*, publicado em 1914: *“As pessoas são solitárias porque constroem muros ao invés de pontes”*, afirmações que nos alertam para a ambição de um mundo solidário e, como corolário lógico, um mundo de paz.

A paz é uma construção da mente humana, pelo que dela nos iremos debruçar primeiro neste tema para, de seguida,

passarmos ao arquétipo e concluir.

O estudo da mente humana começou a ser desenvolvido por psicólogos em meados do século dezassete quando a psicologia se autonomizou da filosofia e da fisiologia. Os estudos consideravam que a pessoa humana tem como centro da consciência a mente consciente, o *ego*, seja tudo aquilo que define a personalidade de cada indivíduo.

O desenvolvimento dos estudos pelo médico neurologista Sigmund Freud levou-o a concluir, em 1890, que a mente consciente, o *ego*, coabitava com um inconsciente pessoal.

Segundo Sigmund Freud o *ego* ou mente consciente é determinada pelo instinto sexual, a *lóbido*, que em graduações e amplitudes diversas orienta racionalmente e dinamiza a pessoa nas suas realizações concretas.

Já o inconsciente pessoal definia-o como um imaginário, uma memória sem memória, onde estavam acumulados materiais psíquicos. Segundo Freud, as experiências



***“Apenas os que dialogam podem construir pontes e vínculos”***

**Isaac Newton**

traumáticas da infância que haviam sido recalcadas formavam o inconsciente.

Afirma que o que somos em nossa vida adulta – nossos sentimentos, nosso carácter, nossas aptidões, nossos medos, nosso relacionamento social – deriva e foi estruturado com base no que fomos nos primeiros anos de vida, sem que disso nos apercebamos pelo que o chama de inconsciente pessoal.

A interrogação quanto a entendermos as crianças que fomos para poder entender os adultos que somos é ilustrada por Fernando Pessoa numa composição de dois sonetos e uma quadra que parcialmente se transcreve:

*A criança que fui chora na estrada.  
Deixei-a ali quando vim ser quem sou;  
Mas hoje, vendo que o que sou é nada,  
Quero ir buscar quem fui onde ficou.*

O trabalho de Sigmund Freud era bem conhecido de Adler que irá tirar conclusões diferentes. E igualmente conhecido por Jung.

Alfred Adler formou-se em medicina, psicologia e filosofia pela Universidade de Viena. Praticou clínica geral antes de se dedicar à psiquiatria. Em 1902 foi trabalhar com Sigmund Freud, realizando pesquisas no campo da psicanálise. Mais tarde, desliga-se dele por considerar que a mente consciente, o *ego*, não é determinada pelo *instinto sexual*, que considera sobrevalorizado por Freud, mas sim pelo *instinto combativo*.

Adler é o fundador da psicologia do desenvolvimento individual. Segundo ele o meio social e a contínua ambição do indivíduo em alcançar os objectivos que pretende são os determinantes básicos do comportamento humano, o que inclui a

sede de poder, a notoriedade e poder de influência. Jung vai afastar-se da posição de Freud, desde logo rejeitando a libido ou instinto sexual como o factor motivacional que determina o comportamento humano e identifica “*a busca pela perfeição*” como o factor motivacional que se manifesta através da vontade em atingir objectivos de notoriedade ou de poder. Considera um instinto fundamental a que todos os outros instintos, seja o parental, o alimentar, o sexual e o da sobrevivência, estão subordinados e identifica-o: o *instinto combativo*.

Ambas, a mente consciente e a inconsciente, eram vistas tanto por Freud como por Adler como oriundas da experiência e como produto final do meio ambiente.

O primeiro considerava o inconsciente formado durante os primeiros anos de vida e Adler, mais abrangente, entendia-o como o somatório de todas as experiências vividas ao longo da vida.

O *Inconsciente Pessoal* é, para estes dois autores, composto por conteúdos que já foram conscientes. Afigura-se com foros de realidade, sendo, nos dias de hoje, conferida primordial importância à Educação e à aquisição de Conhecimento na infância e juventude, tanto na fase familiar como no prosseguimento da vida escolar e social.

Foi Jung quem rompeu com a visão de que a mente era rigorosamente determinada pelo meio ambiente e mostrou que a evolução e a hereditariedade também contribuem para a constituição da mente, do mesmo modo que a genética contribui para a formação do corpo

Conclui que a mente do homem é prefigurada pela evolução.

Portanto, o indivíduo está ligado ao passado, não somente ao passado da sua infância, mas proeminentemente ao passado das suas raízes socioculturais, e mais, ao longo período da evolução da pessoa humana. Jung designou como *Inconsciente Colectivo* à mente do homem constituída por estes três níveis.

O *Inconsciente Colectivo* é a porção da mente que pode ser diferenciada do *Inconsciente Pessoal* pela razão de que aquele não depende da experiência pessoal. O *Inconsciente Pessoal* é composto por conteúdos que já foram conscientes, mas os conteúdos do *Inconsciente Colectivo* nunca foram conscientes na vida do indivíduo comum. Entretanto, vislumbres desses conteúdos poderão revelar-se à consciência em momentos extraordinários da existência de qualquer pessoa.

Segundo Jung é do *Inconsciente Colectivo* que surgem as novas ideias e as renova-

ções políticas, sociais e religiosas. Assim, quando, inadvertidamente, uma ou mais pessoas intuitivas se apercebem desses conteúdos arquivados no inconsciente colectivo e lhes dão uma forma de expressão, apresentando ideias inovadoras, que alcançam compreensão, aceitação e apoio de largo espectro da sociedade e se propagam de modo muito rápido, tal só acontece porque esses conteúdos já estão à disposição no *Inconsciente Colectivo* das pessoas. No ser humano, o consciente, em gradações e amplitudes diversas, orienta-o racionalmente e dinamiza-o nas realizações concretas, enquanto que o inconsciente, determina atitudes, pensamentos e emoções oriundas de fontes pessoais e profundas de si mesmo, das quais ele mesmo não tem qualquer referência.

Este *Inconsciente Colectivo*, segundo Jung, vem-se formando desde tempos imemoriais e está presente em todos os seres humanos. O *Inconsciente Pessoal* é ainda,



segundo Jung, um prolongamento deste, mas qualitativamente e inteiramente diferenciado.

Os conteúdos do *Inconsciente Coletivo* são segundo Jung chamados de arquétipos

O termo arquétipo, utilizado por Jung pela primeira vez em 1919, em Londres, num simpósio intitulado “*Instinto e Inconsciente*” era já era conhecido da filosofia, podendo as suas origens, remontar a Platão. Na sua etimologia, o termo arquétipo, em grego *archetypon*, é formado pelo termo *arkhé*, oriundo do grego, que significa primeiro, antigo, dominante, original e *typos*, também oriundo do grego, significando marca, molde ou modelo. O termo é usado pelos autores da Antiguidade seguindo a ideia platónica segundo a qual as coisas do mundo real são simples cópias de um modelo original.

Neste contexto, o conceito de *arquétipo* exprime a ideia de um modelo original a partir do qual outras coisas similares são construídas. Um protótipo. Um modelo. Ou, na linguagem dos nossos dias, um paradigma.

Para os cristãos, o termo *arquétipo* é também usado para denotar as ideias existentes na mente de Deus enquanto modelos das coisas da natureza e da paisagem construída. Santo Ambrósio descreveu uma contraposição entre homem, como modelo, e Deus como arquétipo. Santo Agostinho, por sua vez, definiu os arquétipos como os modos infinitos nos quais Deus pensa a natureza divina e afirmou que estes modos do pensamento divino constituem os modelos das coisas criadas

e como são compreendidas.

Importa fazer uma distinção conceptual entre o *arquétipo* em si, que é irrepresentável, e as figuras, imagens e *símbolos arquétípicos*, ou seja o modo como se manifestam os arquétipos. O primeiro, irrepresentável, é uma estrutura inerente à mente humana; os segundos expressam-se sob diferentes formas de manifestação que diferem em cada raça e etnia, de cultura para cultura, de civilização para civilização e através das épocas.

Portanto, é importante observar que os arquétipos não são representações, figuras herdadas ou símbolos, mas sim as suas possibilidades de manifestação.

Para ilustrar esta distinção, e como exemplo, lembro uma figura ímpar na história da humanidade, Nelson Mandela, que poderei definir como o ***arquétipo da tolerância***

Pensemos agora na CIDADE com o objetivo de alcançarmos o entendimento de outro arquétipo, o “*Arquétipo da Cidade*”. Socorramo-nos de Jane Jacobs na obra “*A morte e a vida nas cidades americanas*”. Nele a autora realça que a cidade “*significa a tolerância, o espaço para as grandes diferenças entre vizinhos – diferenças que muitas vezes vão para além das diferenças da cor da pele – que são possíveis na vida normal e intensamente urbana, mas que são tão estranhas nos subúrbios e subúrbios degradados, e são possíveis e normais apenas quando as ruas das grandes cidades dispõem de equipamento que permite a estranhos viverem pacificamente juntos, mas essencialmente dignificados*”. A cidade envolve

uma forma de relações sociais que passa por viver com estranhos. E a política do governo desse estado pode ser definida com base na Cidade, no seu ambiente urbano e na comunidade. Porque as cidades são locais reais e não uma abstracção.

Têm infraestruturas fundamentais para a vida das pessoas que é necessário conservar; são constituídas por pessoas de diferentes credos e ou culturas que participam activamente na sua governação. A Cidade torna-se um observatório privilegi-



ado para as políticas de qualquer governo. Na Cidade convivem ricos e pobres, empregados e desempregados, gente de bem e outros com comportamentos marginais.

Com o objectivo de integrar todos estes segmentos da comunidade e de garantir a segurança das pessoas e dos seus bens, são postas em prática várias acções de justiça social, avultando entre elas o ordenado mínimo garantido, a habitação condigna e outros subsídios, sendo esta política social suportada com muito esforço por aqueles que trabalham.

Ora, seria suposto que aqueles que beneficiam destas benesses, copiassem o mo-

delo de actuação das pessoas com quem convivem, na mais correcta e sadia convivência social, adoptando comportamentos de respeito para com os outros e educando os filhos nessa mesma linha. Lamentavelmente, nalguns casos não o praticam, mau grado continuarem a beneficiar do esforço dos outros elementos da comunidade. E, então, para garantir a segurança, há que por em prática outra acção de segurança: a acção policial coerciva.

No dicionário da língua portuguesa *Houaiss* encontramos a definição de *segu-*

*rança como “a acção ou efeito de tornar seguro; estabilidade, firmeza, acção ou efeito de assegurar e garantir uma coisa; qualidade ou condição de uma pessoa ou coisa que está livre de perigos, de incertezas, assegurada de danos e riscos eventuais, afastada de todo o mal; estado, condição ou carácter daquilo que é firme, seguro, inabalável, ou daquele com quem se pode contar ou em quem se pode confiar inteiramente, situação em que não há nada a temer; a tranquilidade que dela resulta”.*

Durante séculos associou-se a ideia de segurança á capacidade de defesa na garan-

tia de integridade territorial no respeito pelas fronteiras, mas, em democracia, os sujeitos da segurança não são somente os estados e as nações mas igualmente a população que neles habita. É ao Governo que cabe a responsabilidade de ser o intermediário entre a segurança e o cidadão. Dito de outra forma, só existe segurança quando o cidadão isolado, andando nas ruas ou passeando em parques, deslocando-se nas estradas e em todas as outras situações, se sinta tranquilo.

**Somos levados a concluir que  
o arquétipo da cidade é a  
SEGURANÇA**

Abordámos o conceito de cidade como suporte para, num primeiro momento, nos situarmos no espectro político da nação-estado e de seguida nos transpormos para as relações internacionais entre estados, sabendo que tanto as relações dos actores directos, aqueles que detêm o poder, como os indirectos, do contrapoder, se regem pelo conflito, cooperação ou acomodação. A paz, seja a ausência de conflito e o estabelecimento de relações de cooperação terá sempre por base a busca de compromissos alcançados através do diálogo e de cedências mútuas consolidando vínculos e ligações, pelo que o *arquétipo da ponte é a PAZ.*

*Norberto Bernardes 30º*



## A TOLERÂNCIA

Historicamente, foram vários os significados dados à palavra tolerância, muito relacionada com a caridade, a igualdade e a afirmação da liberdade de crenças e de costumes do outro. O conceito que se afirma como o mais preponderante está relacionado com a nossa **predisposição adquirida para acolher o diferente**. Destaca-se a especificidade da tolerância como virtude e como ideal da vida em comum.

"Boa disposição dos que ouvem com paciência opiniões opostas às suas".

O filósofo francês **Voltaire** refere que Tolerância **"É o apanágio da humanidade. Nós somos feitos de fraquezas e erros; a primeira lei da natureza é perdoarmos reciprocamente as nossas loucuras"**

A tolerância de que fala o filósofo francês visa a supressão da violência, tendo sido instaurada como lei prévia ao contrato, razão pela qual se considera um "atributo da humanidade". Não se trata apenas de uma estratégia para atingir a pacificação; trata-se de um elemento constitutivo da verdadeira natureza humana, a qual se entende agora como uma estrutura de valores universais e trans-históricos cujo cerne reside na liberdade. Negar a alguém o direito de pensar livremente e de agir em conformidade com os seus próprios critérios seria, a partir desta perspectiva, recusar-lhe a autenticidade da sua natureza e a integração no seio da humanidade a que, como pessoa livre, tem direito.

Apesar da origem do sentido de tolerân-

cia datar do século XVI, e ter sido discutida pelos grandes filósofos franceses Descartes, Rousseau e Voltaire, a identificação da tolerância com a noção de liberdade religiosa e de pensamento, passou a ser exigida, mas nem sempre respeitada.

O verdadeiro Cristão combate com firmeza actos ou crenças que possam conduzir a humanidade ao fanatismo religioso, com a única arma admissível: o Evangelho.

Por sermos humanos, e sendo a natureza humana contraditória e imperfeita, por vezes podemos ser tomados de comportamentos egoístas ou sermos atraídos pela chama da fogueira das vaidades. Aquilo que nos outros é diferente de mim não é um defeito, pode muito bem ser uma virtude que posso e devo aprender. Não deixes que a vontade de ir à frente te seduza, nem temas ficar para trás...



**Aquilo que nos outros é diferente de mim não é um defeito, pode muito bem ser uma virtude que posso e devo aprender.**



**A tolerância não é, pois, uma condescendência, mas sim a compreensão, aceitação e o reconhecimento do direito que têm aqueles que não pensam como nós, de se expressarem de forma diferente ou contrária às nossas crenças. Reconhecer o direito do nosso semelhante ser diferente não nos obriga ser igual a ele.**

A tolerância constitui uma dádiva preciosa e frágil que deve ser cultivada para solidificar a noção de fraternidade entre nós. A tolerância não implica que me demita de identificar o erro. O facto de, objectivamente, o encontrarmos no que uma pessoa diz ou faz e o declararmos tal, não traduz uma atitude de intolerância. Por outro lado, o estar de acordo com alguém nada tem de tolerância; significa, simplesmente, concordar. A tolerância é uma atitude cívica, mas como tal não pode escamotear a verdade. Trata-se, no fundo, de capacidade para aceitar a diferença, sem nunca escamotear ou fugir à verdade num diálogo racional.

No horizonte amplo e fundamental do conceito de tolerância, é urgente exercê-la, especialmente trilhando os caminhos de uma espiritualidade que pode, com mais eficácia e rapidez, qualificar cada pessoa para conviver com quem é diferente. Nesse sentido, oportunidade de ouro é conhecer o Evangelho da Tolerância, que reflecte o jeito de uma pessoa.

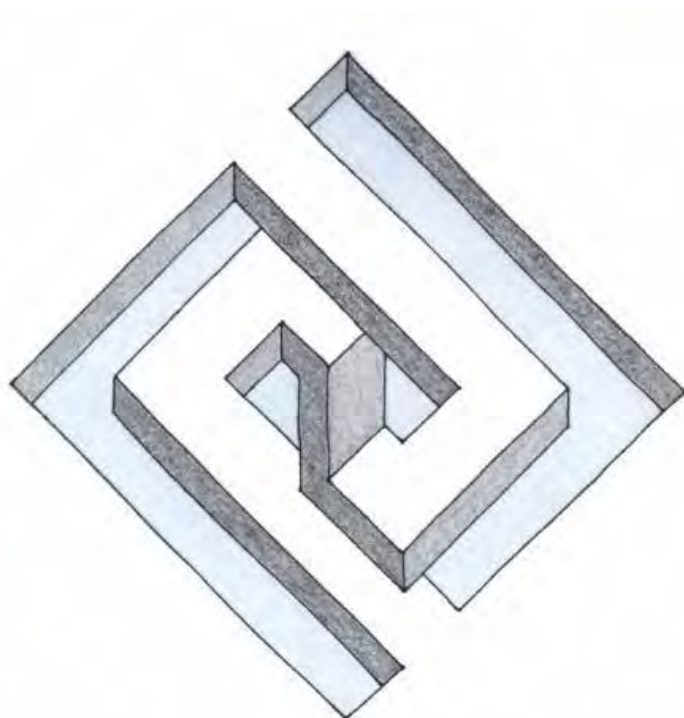
### **Evangelho da tolerância**

A vida de Jesus é o Evangelho da Tolerância, escrito para nortear os gestos quotidianos de todos e, assim, sustentar grandes transformações.

Nesse rico Evangelho da Tolerância, há um núcleo fundamental, nascido no cora-

ção de Jesus e eternamente desenhado por suas palavras: o **Sermão da Montanha** apresentado pelo evangelista Mateus. Trata-se de uma leitura a ser adoptada diariamente, em jeito de meditação, e que orienta as práticas do dia a dia. A preciosidade desse núcleo pode ser reconhecida a partir do comentário instigador e provocante de Mahatma Gandhi, ao dizer que se os cristãos levassem a sério o Sermão da Montanha, operariam uma radical revolução no mundo, nas relações e nos propósitos, desencadeando uma civilização fundamentada no amor e na paz

*Manuel Caldeira, 14º*



## A VERDADE

*A tua Verdade? Não, a Verdade.*

*E vem comigo procurá-la.*

*A tua guarda-a.*

Esta estrofe do grande poeta sevilhano, António Machado, foi a primeira coisa que me veio à mente quando vi o tema de reflexão pedido pela Convocatória deste Consistório “A Verdade e o Conhecimento”.

Tema este que nos traz grande inquietude e que perpassa tantos e tão variados conceitos e prismas filosóficos desde os clássicos gregos até aos dias de hoje.

No pouco tempo disponível para escrever algo com sentido, optei por referir os seguintes pontos:

Deveríamos distinguir entre verdade, certeza e opinião, para não confundir os termos.

- Opinião é a opinião, julgamento ou parece ser formada por uma coisa questionável;
- Certeza é o conhecimento certo e claro de alguma coisa.
- A verdade é a conformidade das coisas com o conceito que a mente delas forma.

Então, posso ter uma opinião sobre uma verdade e posso ter isso com mais ou menos certeza. As opiniões podem ser muitas, a verdade sempre será uma e imutá-

vel. O importante é que a nossa opinião, o que pensamos, coincida com a verdade.

Para alcançar a verdade, é preciso procurá-la. Não basta dizer o que se pensa aqui e ali... ou porque me disseram, o ouvi dizer. Temos que nos informar, reflectir. Começamos com opiniões, obtemos um conhecimento claro e seguro (certeza) e, se essa certeza se encaixa na realidade, sabemos que o conhecimento adquirido é verdadeiro.



Neste processo progressivo e envolvente que sabemos não ser nada fácil, permitam-me recordar o filósofo grego, Sócrates, que terá tomado a inscrição da entrada do templo de Delfos como inspiração para construir sua filosofia: *Conhece-te a ti mesmo...*

Ou seja e resumindo, o que Sócrates pregava era que nos devemos ocupar menos com as coisas (riqueza, fama, poder) e passarmos a ocupar-nos com nós mesmos. Poderia objectar-se: com que propósito deveria ocupar-me comigo mesmo?

Porque é o caminho que me permite ter acesso à verdade. Mas que tipo de verdade?

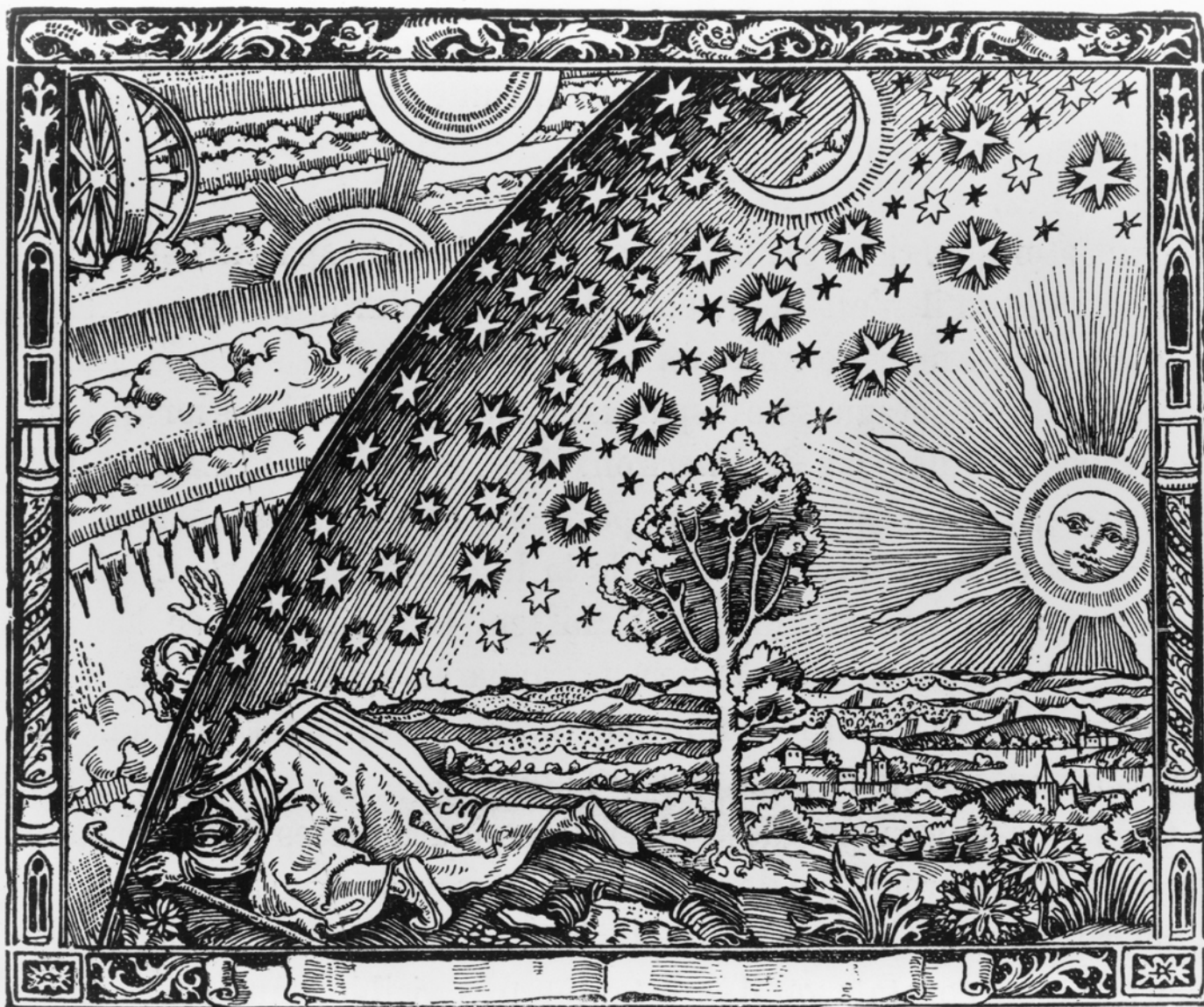
Obviamente não é uma verdade qualquer, tal como a fórmula química da água, mas a verdade que é capaz de transformá-lo no seu próprio ser de sujeito.

É esse acto de conhecimento, capaz de promover a nossa autotranscendência. Conhecer-me a mim mesmo para saber como modificar a minha relação para comigo, com os outros e com o mundo...

De facto, com Sócrates há uma mudança significativa no rumo das discussões filosóficas sobre a verdade e o conhecimen-

to. Os primeiros filósofos estavam preocupados em encontrar o fundamento (*arké*) de todas as coisas. Sócrates, por sua vez, está mais interessado na nossa relação com os outros e com o mundo.

A questão central do cuidado de si é que jamais se tem acesso à verdade sem uma experiência de purificação, de meditação, de exame de consciência - enfim, através de determinados exercícios espirituais capazes de transfigurar o nosso próprio ser. Dito de outro modo, o estado de iluminação, de descoberta da verdade, não é apenas produto do estudo, mas também de uma prática acompanhada de reflexão constante sobre minhas acções, atitudes - e de como posso modificá-las para me



tornar uma pessoa melhor. É como se a vida fosse uma obra de arte em que nós vamos nos moldando, nos aperfeiçoando no decorrer da existência.

Sócrates, porém, via a busca da verdade como um caminho de ascese, pois, quando cuidamos de nós mesmos, modificamos a nossa relação com os outros e com o mundo. Mergulhados em preocupações com a aparência e o consumo, pensamos estar cuidando de nós mesmos, quando, na verdade, nos estamos perdendo no meio das coisas. É preciso conhecermos a nós mesmos para não nos perdermos, certos de que, embora não encontremos toda verdade em nós, encontraremos pelo menos a única capaz de nos salvar.

Pelo caminho da informação, do conhecimento e até alcançar a sabedoria, onde todos somos companheiros de viagem, de uma viagem rumo a qualquer coisa maior que nós, através de atalhos e de imprevistos tortuosos, baloiçando entre a razão e

Pelo caminho da informação, do conhecimento e até alcançar a sabedoria, onde todos somos companheiros de viagem, de uma viagem rumo a qualquer coisa maior que nós, através de atalhos e de imprevistos tortuosos, baloiçando entre a razão e o coração – quantas vezes construindo o lugar das nossas decisões profundas, das nossas escolhas do encontro, do desencontro, da vida e da morte, das nossas verdades, onde ansiamos que a Luz, o Espírito do GADU nos assista e nos conduza.

Buscar a verdade é procurar a vida. Ser peregrino da verdade significa não parar em nenhuma etapa, como se ela fosse definitiva. Caminhar na vida é ir sempre

mais longe na busca do seu sentido, deixar-se conduzir pela luz, que irradiação do esplendor da verdade vai iluminando as nossas trevas, abrindo-nos à luz incriada, porque criadora.

Partindo sempre de novo, renascidos na Beleza, na Força, na Sabedoria de Homens Livres e de Bons Costumes, unidos como a semente da romã, cumprindo os juramentos e os *Landmarks*, para que continue a pronunciar-se sobre a vida dos homens a Palavra original: *Faça-se a Luz*.

*Corto as ondas do mar sem desanimar em qualquer aventura, o que importa é partir, não é chegar*, escrevia Miguel Torga.

Ou, finalizando, como comecei, com António Machado:

*"Caminhante, são teus passos  
o caminho e nada mais;  
Caminhante, não há caminho,  
faz-se caminho ao andar.  
Ao andar se faz caminho,  
e ao voltar a vista atrás  
Vê-se a senda que nunca  
se voltará a pisar.  
Caminhante, não há caminho,  
mas sulcos de espuma do mar."*

*"Inspector Inquisidor, 31º "*

## VIRTUDE, VERDADE E HONRA

Escreve Albert Pike no *Moral e Dogma* a respeito do grau 29: “A Virtude, a Verdade e a Honra são as qualidades mais essenciais de um Cavaleiro de S. André.” E continua noutra passagem: “O favor de Deus e o amor dos nossos Irmãos repousam sobre uma base que a força da matéria não pode derrubar: e com isto, um temperamento generoso e nobre e equanimidade temos tudo. Para ser coerentes com a nossa condição de Maçons, para manter a dignidade da nossa natureza, a

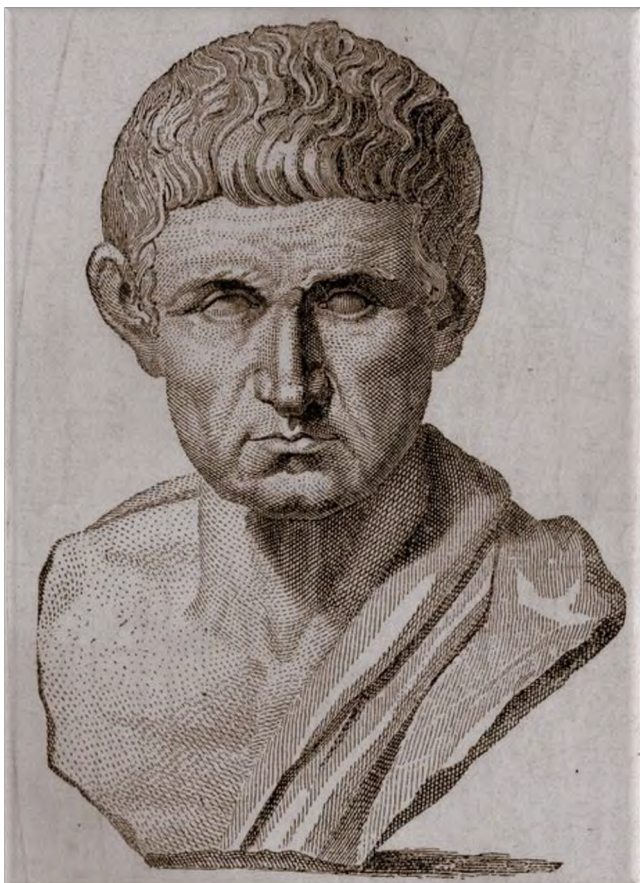
consciência da nossa honra, e o espírito de alta Cavalaria que proclamamos, devemos desprezar os males unicamente materiais e corporais, de forma que um golpe ou um engano não tenham maior importância que um desgosto ou um mau sonho.”

O texto de Pike conduz-me o pensamento para a grande linha de força que perpassa todo o trabalho do Areópago, já desde o grau 19, ou seja, a construção de um *ethos* ético universal capaz de enaltecer e elevar a humanidade. Para tal, é missão de todo o Mestre Maçom transformar-se não só num mestre de si mesmo, mas também num cidadão consciente e com-



prometido com a grande república do mundo. Para tal deve munir-se das qualidades essenciais de um cavaleiro: Virtude, Verdade e Honra.

Na *Ética a Nicómaco*, Aristóteles defende que a maneira de prosperar como ser humano é cultivando a virtude. Esta é definida como um padrão de comportamento e sentimento: uma tendência para agir de certa maneira e desejar e sentir certas coisas em certas situações. Ao contrário do que, mais tarde, afirmará Kant, Aristóteles estava convencido de que ter as emoções apropriadas era essencial para viver bem. Assim, para ele, uma virtude implica um juízo inteligente sobre a resposta apropriada a cada situação em que nos encontremos. Para ele, uma pessoa virtuosa é alguém que harmonizou todas as virtudes e as incorporou na estrutura da sua vida.



Analisando estes conceitos, sou levado a encontrar-me com esse grande génio do pensamento do séc. XVII que é Baruch de Espinosa, para quem “toda a nossa felicidade e toda a nossa miséria dependem apenas da qualidade do objecto ao qual estamos ligados por amor”. Rompendo com o idealismo filosófico dominante no pensamento ocidental desde Platão, Espinosa reflecte na sua monumental obra *Ética* sobre a problemática do bem e do mal – base de todo o pensamento moral – de uma forma que a nós, Maçons, muito nos faz pensar e que se enquadra bem no propósito universalista da construção da Aldeia Global que nos move. Para Espinosa, ao contrário de Platão, não desejamos uma coisa por ser boa, mas chamamos bom ao que desejamos. O filósofo relaciona o bem com os nossos gostos e desejos. É o desejo que nos leva a julgar uma coisa como boa, e não o inverso. Relativiza, assim, toda a moral tradicional.

Diz Frédéric Lenoir, na sua obra *O Milagre Espinosa*: “Espinosa considera, com efeito, que não existe nem um Bem transcendente e universal para o qual todos os seres deveriam tender, nem um Mal transcendente e universal que todos deveriam evitar. Pondera o que é bom e o que é mau para cada indivíduo em particular: ‘chamamos bem ou mal àquilo que nos é útil ou prejudicial à conservação do nosso ser, isto é, ao que aumenta ou diminui, favorece ou entrava a nossa força para agir. E assim, na medida em que percebemos que uma coisa nos afecta, alegrando-nos ou entristecendo-nos, chamamo-la boa ou má’. A virtude, a conduta justa, nada mais é além da procura do que é bom e útil para o aumento da nossa força

vital.” E o autor continua noutro ponto: “Espinosa inicia uma verdadeira revolução copernicana da consciência moral: a verdadeira moral não consiste já em procurar seguir as regras exteriores, mas em compreender as leis da natureza universal e da nossa natureza singular, a fim de aumentar a força para agir e a alegria – e é assim fazendo que seremos mais úteis aos outros... ‘Agir virtuosamente, escreve Espinosa, não é em nós outra coisa senão agir, viver, conservar o ser sob orientação da Razão, e isto, segundo o princípio da procura da utilidade própria’. À moral tradicional, assente em categorias transcendentais de bem e de mal, Espinosa contrapõe uma ética assente na busca racional e pessoal do bom e do mau. O homem virtuoso já não é aquele que obedece à lei moral ou religiosa, mas aquele que discerne o que aumenta a sua força para agir.”

Fernando Savater, filósofo espanhol nosso contemporâneo, escreve no seu *Ética para um Jovem*: “Entre todos os saberes possíveis existe pelo menos um que é imprescindível: o de que certas coisas nos convêm e outras não... Assim, há certas coisas que nos convêm, e ao que nos convêm costumamos chamar ‘bom’, porque nos cai bem; outras coisas, em contrapartida, caem-nos muito mal, e a tudo isso chamamos ‘mau’. Sabermos o que nos convém, quer dizer, distinguir entre o bom e o mau, é um conhecimento que todos tentamos adquirir – todos sem excepção – pelos resultados que nos traz.” E continua noutra passagem: “Saber viver não é lá muito fácil porque existem diversos critérios opostos em relação ao que devemos fazer. O único ponto sobre o qual, à primeira vista, estamos todos de

acordo é que nem todos estamos de acordo. Mas lembra-te de que todas as opiniões diferentes coincidem também num outro ponto: a de saber, que aquilo que vai ser a nossa vida é, pelo menos em parte, resultado do que cada um de nós quiser.” O filósofo evolui daqui para o conceito de liberdade como o que nos diferencia de tudo o que se move de modo necessário e irremediável. A liberdade é a nossa força, e se por um lado não implica que possamos fazer tudo o que quisermos, permite-nos fazer escolhas. E são as nossas escolhas que fazem toda a diferença. Não espanta que ao conceito de virtude se associe a liberdade. Escreve o poeta Octávio Paz, na sua obra *A Outra Voz*: “A liberdade não é uma filosofia e nem sequer é uma ideia: é um movimento da consciência que nos leva, em certos momentos, a proferir dois monossílabos: Sim ou Não. Na sua brevidade instantânea, como a luz do relâmpago, desenha-se assim o sinal contraditório da natureza humana”.



Voltando a Espinosa, que tanto influenciou Nietzsche a ponto deste o considerar como o seu precursor, compreendemos a importância que a liberdade tem para o filósofo, que se esforça por demonstrar que a ética visa a libertação do ser humano da servidão voluntária, a do seu apego às paixões. Afirma o filósofo: “Chamo servidão à incapacidade que o homem tem de governar e refrear as paixões. Com efeito, o homem submetido aos sentimentos não é senhor de si, mas depende da fortuna, sob cujo poder se encontra, de tal modo que é muitas vezes forçado a seguir o pior, apesar de ver nele o que é melhor para si.” A ética de Espinosa não traz consigo nenhuma injunção moral. Propõe-nos antes que adquiramos um discernimento pessoal face às causas dos nossos sentimentos, de forma a podermos crescer em força, liberdade e alegria. “A ética imanente e racional do bom e do mau, escreve Lenoir, substitui assim a moral transcendente e irracional do bem e do mal. Uma paixão não é doravante apresentada e censurada como um vício, tal como um veneno e uma escravatura. A ética espinosista consiste em passar da impotência à potência, da tristeza à alegria, da servidão à liberdade.” Se a liberdade de pensamento era o grande objetivo do seu *Tratado Teológico-Político*, o fim último da sua *Ética* é a liberdade interior.

Melhor programa não poderíamos desejar, nós que somos livres e de bons costumes e que quando nos reunimos busca-

mos combater as paixões e praticar a virtude.

Da avaliação do procedimento do Maçom, pautado por tão elevados padrões éticos, brota a honra, como verdadeiro sentimento de dignidade e boa reputação que implica.



É da introdução à obra *A Iniciação Maçónica no REAA* de Joan-Francesc Pont Clemente e Narciso Sáez-Narro que retiro as seguintes palavras: “Partimos do facto de que a própria busca é o motivo, a metáfora básica, a alegoria que move a acção do Maçom que actua em qualquer um dos graus maçónicos e em suas dimensões éticas. A busca passa por um caminho iniciático cheio de símbolos aos quais é necessário ir tirando capas, desvelando significados num processo de mudança sem fim. Neste processo de desenvolvimento ético qualquer avanço gera, por sua vez, múltiplas perguntas que necessitam respostas para a moral e ética quotidianas e que, é claro, sempre exigem transcender o aqui e agora”.

E que dizer, para encerrar a tríade de Pike, da Verdade? Ah! Essa é a para mim uma incessante busca e desejo pessoal! Essa a fonte de todas as questões que a vida me coloca e que me proponho descobrir.

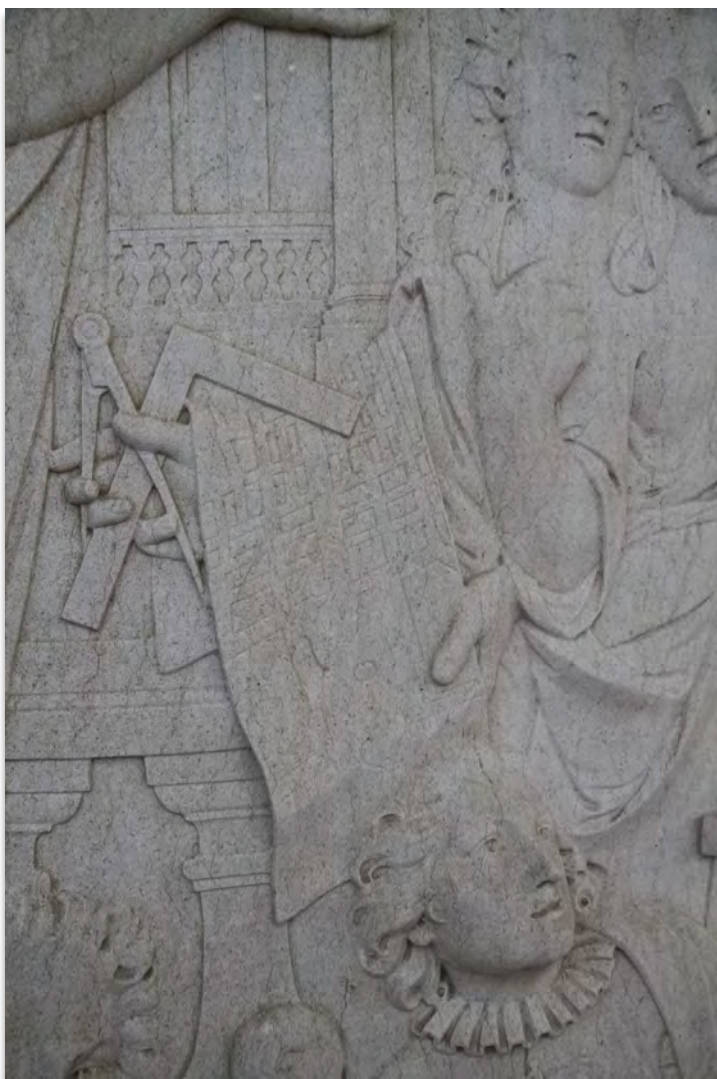


Confesso que não reconheço nada mais subjectivo, mais relativo e volátil!

Para Nietzsche, por exemplo, ela não é mais que um ponto de vista. Ele não aceita nenhuma definição de verdade porque não pode alcançar uma certeza sobre a definição do oposto de mentira. Chegar à verdade pode ser mais complexo do que parece, tal vez mesmo impossível dentro da limitada capacidade humana de racionalização. Pessoalmente, não encontro melhor forma de o exprimir senão com mais uma citação, e com ela encerro esta reflexão.

É do prólogo da obra “Retratos de Vieira”, desse extraordinário pintor que foi Arpad Szénes, e diz, passo a citar: “Tudo o que hoje digo pode amanhã mudar. O que então direi será igualmente verdade. Há tanta diversidade no mundo – e sempre coisas novas a acrescentar! Hoje estou satisfeito, daqui a dois dias sentir-me-ei desiludido. E o desenho que acabo de terminar é talvez aquele que mais me agrada. O que é o verdadeiro, o que é o falso? Se o soubesse, não seria pintor!”

*Alberto D’Assumpção, 28º*



CLEMENTE, J.-F. e SAÉZ-NARRO, Narciso, *La Iniciación Masónica en el REAA*, Oviedo: Masonica.es, 2020;

SZÉNES, Arpad, *Retratos de Vieira*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1983

PIKE, Albert, *Moral y Dogma*, Oviedo: Masonica.es, 2018;

WARBURTON, Nigel, *Elementos Básicos de Filosofía*, Lisboa: Gradiva, 1998;

LENOIR, Frédéric, *O Milagre Espinosa*, Lisboa: Quetzal Ed., 2019;

SAVATER, Fernando, *Ética Para Um Jovem*, Lisboa: Ed. Dom Quixote, 2005

## MAÇONARIA, NATUREZA E JUSTIÇA

*A Natureza conserva a chave para a nossa estética intelectual, cognitiva e mesmo espiritual*

E. O. Wilson

Hoje, percebemos e aceitamos níveis de conhecimento desiguais sobre a Natureza como objecto da geografia e sobre a dicotomia do homem em relação ao ambiente em que vive. Ratzel, geógrafo alemão, situava esta problemática no contexto do determinismo ambiental quando contestava o darwinismo e evolucionismo linear, dando inteligibilidade ao mundo através de práticas seculares em que a dominação de uma Natureza se confundia com os territórios colonizados.

Sabemos que nada sabemos e também desconhecemos, desde a Idade do Gelo, as dinâmicas do clima, os ritmos, as rupturas e continuidades. Somos uns verdadeiros ignorantes no que respeita, por exemplo, à evolução do buraco de ozono e sobre o aquecimento global apenas conhecemos aquilo que vem nas notícias dirigidas ao profano.

Reconhecemos que somos analfabetos nestas matérias, mas escrevemos com a autoridade moral de quem goza a vida na Terra há mais de seis décadas e sabe que nunca atingirá o conhecimento total.

É assim que escrevemos. Pensando que é expectável um futuro inconveniente para o mundo e, em particular, para Portugal com a sua exposição a três tipos de fenómenos: secas e períodos prolongados sem chuva, ondas de calor e inundações. As

catástrofes têm sempre efeitos diferentes sobre os pobres e os ricos. Quem provocou menos emissões é quem vai sofrer mais.

Realidades estas que, certamente, levarão a Maçonaria a pensar e discutir a temática de como as alterações climáticas mudarão o Planeta, acompanhando os progressos nos países que lideram a adaptação aos fenómenos extremos e disseminando em tempo e de forma justa a informação útil sobre esta matéria na comunidade. Isto permitirá uma melhor gestão de recursos naturais e económicos, levando a uma maior solidariedade e equidade, por exemplo, na distribuição de bens essenciais e apoio à família e, acima de tudo, evitando que as gerações futuras fiquem comprometidas.

Ao mesmo tempo, é chegada a hora da adaptação de processos novos em áreas como a Saúde universal, a Economia solidária, a Alimentação partilhada e o combate aos desperdícios alimentares, a Família em torno de uma mulher que ama e a Justiça com moral.

Por isso, é fundamental apostar num desenvolvimento territorial justo, na consolidação de actividades económicas ligadas aos recursos locais da Natureza e tomar decisões críticas sobre as alterações climáticas.

É importante, também, ir até ao interior do país e conhecer a diversidade cultural e as economias que dependem dessas visitas. Apercebermo-nos da desertificação territorial e do envelhecimento da população. Em suma, conhecer a genuinidade de Portugal que conquista o mundo e das pessoas que fazem a diferença no coração do país.



Este caminho ajudará a evitar um “futuro sombrio” e, certamente, a perceber as determinações antropológicas da humana condição finita e que também o nosso Ser interior é fantástico. Sempre que o maçom desgasta a própria pedra bruta reporta a sua mente ao passado e projecta o presente que exige criatividade nas apostas justas e solidárias. Afinal, um argumento perfeito para mudar de vida.

Reconhecendo que a Maçonaria no mundo e, em especial, no nosso país tem um problema grave de falta de coesão institucional e interpares, é nossa preocupação a diferença de oportunidades que os irmãos têm para viver as experiências rituais nas geografias distintas, com condições inferiores em regiões menos desenvolvidas à escala mundial e, em particular, no nosso país no interior em comparação com o litoral.

Acreditamos que existe vontade e sentido de justiça de líderes, mas é nossa convicção que só juntos teremos a força necessária para que a Maçonaria possa ser considerada uma causa global e não apenas uma causa territorial. Para isso, a Maçonaria deve ser útil e inclusiva, permitindo a evolução e também os seus retrocessos das raízes do conhecimento.

Os maçons sabem que pertencem a uma família bem maior do que aquela que eles conhecem. Parentes sem fim, de todas as raças, de todos os credos, de todos os cantos do mundo, que partilham os mesmos valores e ideais. Somos todos tão iguais e temos muita vontade de mudar mentalidades.

Crescemos sabendo que esta grande família, que todos partilhamos no Templo, que nos alimenta interiormente, que nos ensina a amar e que nos abre portas para

polir a nossa pedra bruta e concretizar as nossas ideias, valoriza os recursos que a comunidade põe à sua disposição e recusa a fragmentação geracional

Porque acreditamos que a mudança se faz passo a passo, estamos certos que a Maçonaria depende dela própria para exigir aos seus líderes o reforço no apoio e acompanhamento das actividades desenvolvidas pelas Lojas, criando as melhores condições para captar obreiros qualificados e dispostos a trabalhar o seu próprio interior em espírito de harmonia, de grande solidariedade e sentido de justiça. Se partilharmos o presente, sobreviveremos.

A consciencialização organizacional e social para esta realidade desperta também um sentimento de necessidade de justiça para os cidadãos e para a comunidade. Em termos pessoais, subscrevemos Juan Luis Vives e acreditamos que

***“A Justiça é o vínculo das sociedades humanas; as leis emanadas da justiça são a alma de um povo”***

Exige-se então aos tribunais que interpretem sempre o direito de forma a garantir que este seja aplicado com *prudencia* - enquanto virtude de decisão certa - e com equidade a todos.

É ao tribunal, passo a citar, como *órgão de soberania, que compete administrar a justiça em nome do povo, tendo o dever de ser a instituição de referência na função jurisdicional e garante na construção da jurisprudência e na segurança das relações jurídicas dos cidadãos, das empresas e dos relacionamentos na interação social*. Exemplo referência é o Supremo Tribunal de Justiça (e cito), como *órgão superior da hierarquia dos tribunais e última*

*instância de decisão nas matérias civil, criminal e laboral”*.

Esta linha de pensamento deve estar subjacente e ser orientação dentro da nossa Augusta Ordem onde deverão ser dirimidos, em primeira e última instância, todas as questões de *direito maçónico* que se coloquem num plano de trabalho especulativo determinado, sendo expectável e exigida a interpretação do direito de forma justa e perfeita.



Pensamos que a justiça tem de ser feita de muitos rostos e de sonhos feitos realidade. São vários os desafios que hoje se colocam neste campo de acção e onde todos somos parte e aceitamos trabalhar em rede, aprofundando os fundamentos de justiça social nas ideias de igualdade e solidariedade e que vem sendo desenvolvida desde o século XIX.

Mas é no século XX, com o advento da Globalização e reflexo da Terceira Revolução Industrial, que surgem uma série de problemas sociais, como a violência urbana, a pobreza, vulnerabilidade, etc. São os problemas das desigualdades que implicam intervir nesta matéria através do princípio de justiça social, em busca de mecanismos para compensar as desigualdades sociais geradas pelo mercado e pelas diferenças sociais.

Estão em jogo a garantia das liberdades fundamentais para todos, a igualdade de oportunidades e a manutenção de desigualdades apenas para favorecer os mais



desfavorecidos.

Hoje, continua a ser fundamental e necessário assegurar as liberdades políticas e os direitos fundamentais básicos, no respeito pela transparência na esfera pública e privada e oportunidades sociais.

Resulta do exposto que a justiça social parte do preceito de alcançar uma convivência social mais equilibrada e com enfoque especial naqueles que começaram a vida social em desvantagem e para quem pretende remediar as desigualdades.

***“A justiça dos tribunais é a da imagem da estátua vendada e que procura a imparcialidade no seu julgamento, partindo dos pressupostos legais para justificar as suas acções”***

É assim que a virtude intelectual em dar ou deixar a cada cidadão o que por direito lhe pertence dá à justiça a *particularidade do que é justo e correcto*, tomando a decisão boa para *fazer a coisa certa* com base na realidade observada.

O uso da imparcialidade da justiça e não mais dos interesses das partes em litígio ajudou à decisão de (cito) *robustecer os sistemas de informação nos tribunais judiciais, administrativos e fiscais*.

Desde Maio de 2017 que o acesso electrónico à tramitação de processos às instâncias superiores por parte dos cidadãos, a partir de casa e nas diferentes plataformas, é uma realidade.

A procura da igualdade entre os cidadãos na comunidade leva a justiça, enquanto conceito abstracto, a um estado ideal de interacção social com um equilíbrio razoável e imparcial entre os interesses, riquezas e oportunidades das pessoas envolvidas dentro de um determinado grupo social.

No caso concreto da nossa Obediência, o organismo supraestrutural existente é presidido por um Grão-Mestre eleito. Por sua vez, as *Constituições de Anderson* representam o monumento jurídico de carácter “canónico” fundamental e de referência indispensável da Ordem, e o seu ensino e conhecimento são o garante da perenidade da nossa organização.

O desconhecimento da Lei maçónica que se recolhe nas *Constituições de Anderson* tem estado na origem e são fonte de divisão e indulgência em nome de um falso conceito profano de progresso que despreza o fundamento iniciático da Maçonaria.

Tendo em conta o que hoje se sabe sobre o que percorre teimosamente o seio da Maçonaria, não raramente, esse “progresso” é uma tempestade que arrasta tudo por onde passa, amontoando destroços sobre destroços no seu rasto. No presente, acreditamos que todos os que apostem no materialismo histórico estarão condenados a perder. E, no futuro, esses apostadores estarão desaparecidos.

Para o Maçom o termo Justiça está presente desde a sua iniciação e nas lendas maçônicas encontra-se diretamente relacionado com o Rei Salomão tido como o mais sábio e o mais justo personagem lendário.

No seu aperfeiçoamento o Maçom aprende que a Justiça é algo alcançado, conquistado. Que para haver Justiça é preciso haver antes injustiça, sendo esta o início ou a causa e a primeira o fim ou o efeito de mudança. É então que a Compaixão, como sentimento benévolo do homem perante o mal alheio, assume relevância na promoção da Justiça. Este é, por isso mesmo, um sentimento próprio do Maçom e faz parte do seu interior perante a injustiça.

*Raul Amado, 32º*

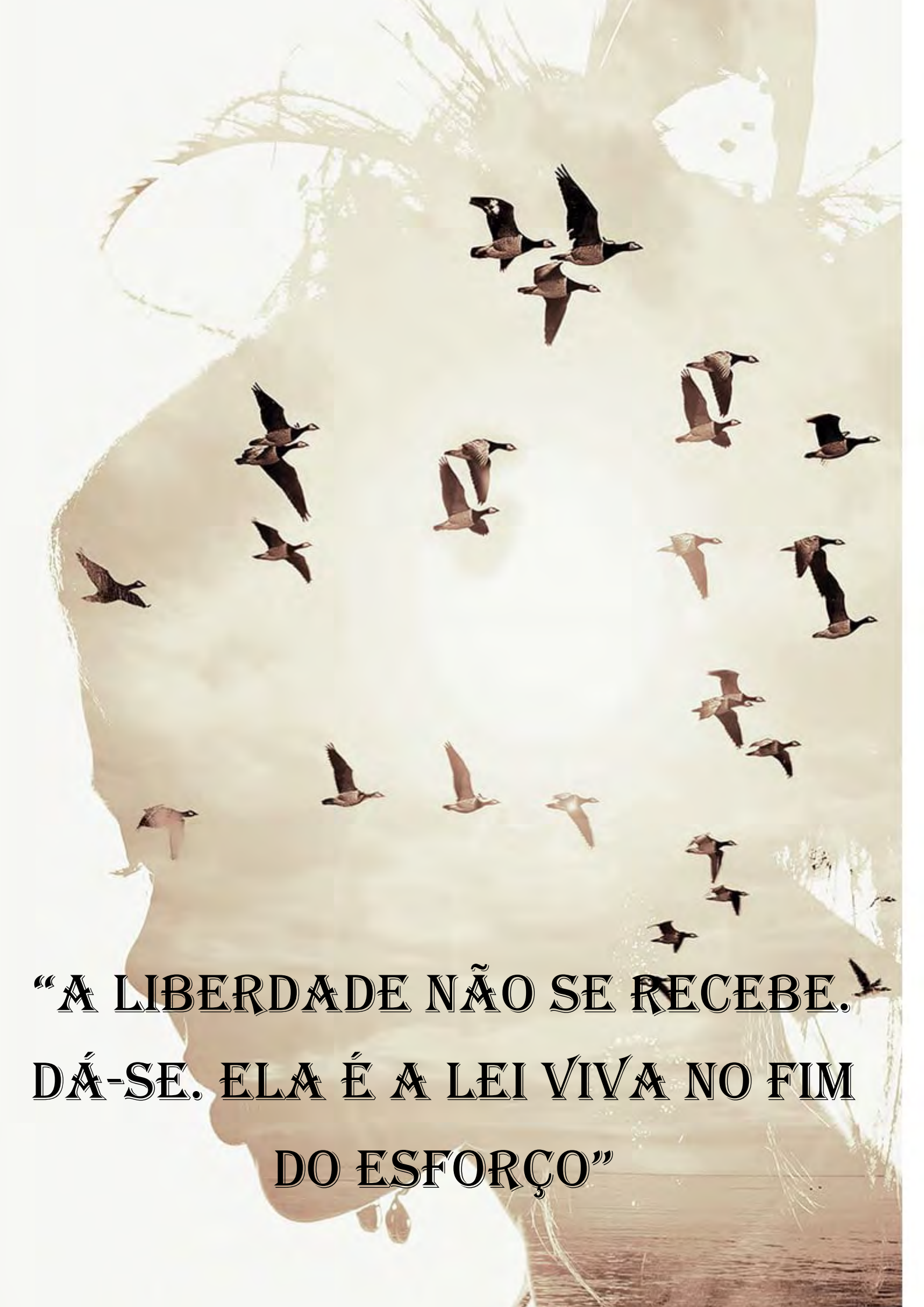


---

**“O que fazemos por nós mesmos morre connosco. O que fazemos pelos outros e pelo mundo permanece imortal”.**

Albert Pike

---



**“A LIBERDADE NÃO SE RECEBE.  
DÁ-SE. ELA É A LEI VIVA NO FIM  
DO ESFORÇO”**

# A Justiça

Não pretendo, com estas breves linhas, reproduzir o que já foi reproduzido ou embrenhar-me em conceitos e ideias dos graus 30º (Grande Inquisidor, Grande Eleito Cavaleiro Kadosh ou Cavaleiro da Águia Branca e Negra) ou 31º (Grande Juiz Comendador ou Grande Inspector Inquisidor Comendador), por estar seguro de que os meus Irmãos o farão de forma bem mais sabedora do que eu. Ao invés, fruto da minha actividade profissional e da função que muito me honra, actualmente, desempenhar na GLLP/GLRP, sinto-me compelido, diria até obrigado, a dar um outro tipo de contributo, quiçá mais filosófico, mas que progressivamente fosse descendo dos conceitos etéreos e assentasse os pés no “mundo”, podendo, se assim for entendido como merecedor, ganhar raízes e florescer.

Todos sabemos que Direito e Justiça não são uma mesma coisa, pese embora andarem muitas vezes de mãos dadas. Não pretendo perder muito tempo na destrição de conceitos, para não ser maçador, sempre importará esclarecer que o Direito está intimamente ligado aos valores supra comunitários, reconhecidos por determinada sociedade em determinado momento. São estes valores que são depois vertidos (reduzidos a escrito nas mais diversas fontes de Direito) com recurso a diferentes técnicas legislativas criando-se uma história própria cuja matriz assenta numa determinada cultura. É este casamento entre Direito e Cultura que resulta invariavelmente na positividade do Direi-

to, que dá lugar à suprapositividade do Direito Justo e bem assim à ideia de Justiça como postulado originário de toda a colaboração e interacção entre os homens.

Max Weber caracteriza esta unidade originária (Homem/Direito/Cultura) como o processo de racionalização que é, ao mesmo tempo, um processo que leva à formalização do Direito, transformando o Direito em segmento da Cultura.



Ora, podemos assim dizer que a formalização do Direito (seja pela via legislativa, jurisprudencial ou doutrinária) deverá cumprir a sua função, não indo para além dela, reconhecendo-se a esta um carácter meramente instrumental e subsidiário em relação à ideia de Justiça!

Podemos ser levados a pensar que nos Estados ditos desenvolvidos tal não acontece, sendo um exclusivo de Estados ditatoriais ou em vias de desenvolvimento, mas tal pensamento não pode estar mais distante da realidade. A título de exemplo, e sem querer entrar em questões ideológicas, atente-se na cada vez mais acentuada tecnicidade e subordinação à racionalidade técnico-económica de sectores do Direito como são exemplo o Económico e o Fiscal. Esta tecnicidade não pode servir para fundamentar a tese de



que o Direito tende a transformar-se numa questão puramente técnica. A racionalidade técnica dos meios não pode caracterizar as opções que levam a eleger os fins, sob pena de estarmos a usar o Direito para um fim que não é o Justo, violando o ideal de Justiça que se enquadra num patamar superior ao Direito.

Expoente máximo da violação do ideal de Justiça e da instrumentalização da formalização do Direito, foi a condenação e perseguição dos Templários por parte dos representantes do poder espiritual e temporal, respectivamente o Papa Clemente V e o Rei Felipe IV de França - *O Belo*, que de forma cruel e oportunista prenderam, torturaram e, por fim, assassinaram vários membros da Ordem, encontrando-se entre estes o último Grão Mestre Templário Jacques de Molay. Este acto de barbárie serve de pano de fundo aos Graus 30º e 31º do R.:E.:A.:A.: e lembra-nos que vale a pena lutar pelo ideal de Justiça, para que a Ordem reine e o Caos se submeta, devendo os titulares de tais graus desembainhar as suas espadas dando feroz e cerrada batalha às injustiças deste mundo, descansando apenas quando a justiça estiver reposta ou quando se extinguirem as suas forças. Só assim honraremos e faremos jus a estes e a todos os outros inocentes que tombaram às mãos da injustiça. Permitam-se dizer... Não te esqueceremos Jacques de Molay! *“Dieu le veut!”*(não associar esta *divisa* a qualquer fanatismo que não o de pugnar pelo ideal de Justiça).

Aqui chegados, percebemos que a Justiça deriva do homem! Mas em que medida? Há quem afirme que do homem brota um sentimento inato de justiça, semelhante

ao “instinto” no mundo animal. Ehrenzweig afirmava que a natureza foi suficientemente sábia para não confiar no intelecto do homem e, por isso, dotou-o com o sentido de justiça. Mas também há quem afirme o inverso, é o caso de Rudolf von Ihering que defende que “não é o sentimento jurídico que cria o direito, mas o direito que cria o sentimento jurídico”. Já para muitos pensadores da filosofia do Direito, o sentimento de justiça tem uma fonte histórico-empírica, sendo de descartar a tese da justiça inata.

Quanto a mim, vejo com alguma cautela dizer-se que o sentimento de justiça é inato ou tem uma génese histórica. É inquestionável que o ideal de Justiça tem origem essencialmente cultural, sendo interiorizado por meio de vivências e conceitos adquiridos e incorporados em experiências presentes e passadas, enquanto elemento constitutivo e transcendente.

Podemos então dizer, que o Direito é uma ordem de convivência humana com um sentido (do conjunto de sujeitos de um determinado espaço e tempo, que vão incorporando experiências ao longo da vida e construindo a sua catedral de valores) – e esse sentido é a JUSTIÇA. Ou no dizer de Baptista Machado *“...nenhuma ordem jurídica se encontra que não leve inscrita em si, pelo menos, uma pretensão de validade, no sentido de pretensão de justiça.”*

Posto isto, já não nos espantará concordar com o pensador americano J. Rawls ao afirmar que a Justiça é a virtude primeira das instituições sociais, tal como a verdade o é para os sistemas de pensamento.



De facto, uma teoria por mais elegante ou parcimoniosa que seja, deve ser rejeitada ou alterada se não for verdadeira, da mesma forma que as leis ou instituições, não obstante serem eficazes e bem concebidas, devem ser reformadas ou abolidas se forem injustas! Mas voltando à afirmação de Rawls, então mas o que é que a Justiça tem a ver com as instituições sociais...? Segundo este pensador a Justiça, mais do que um ideal, é uma virtude e as instituições sociais devem cultivar a virtude. As instituições são aqui definidas em sentido lato, não apenas aquelas que são tuteladas pelo Estado mas todas as que se encontram em determinado território e que são reguladas pelo Direito, como são exemplo a protecção jurídica da liberdade de pensamento e de consciência, da concorrência de mercado, da propriedade privada dos meios de produção ou da família monogâmica. Estas instituições, que derivam directamente do homem, seja pela via directa ou indirecta, definem os direitos e deveres de todos e influenciam as suas expectativas de vida, aquilo com o que podem contar e as suas expectativas de êxito. Dito de outra forma, o objecto primário da justiça será a estrutura básica da sociedade, ou seja a forma pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem os direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão dos benefícios da cooperação em sociedade.

O que nos leva a considerar que numa sociedade bem ordenada todos agem de acordo com a justiça, contribuindo para o incremento das instituições justas.

E bem assim se entenderá pois é o próprio Homem, de determinada sociedade e

momento, que estabelece a sua forma de cooperação em sociedade. Da mesma forma que cada pessoa deve decidir de forma racional o que é que constitui o seu bem estar, também o conjunto de pessoas (o Homem) deve decidir o que é que para elas será de considerar justo ou injusto. É nesta escolha feita por pessoas racionais e exercitando essa racionalidade que todos beneficiam de igual liberdade para determinar os princípios da justiça.

Então, já nos podemos embrenhar no pensamento de Hume em "*A Treatise of Human Nature*" e Hart em "*The Concept of Law*" quando afirmam que o contexto da justiça pode ser descrito como o conjunto de condições normais, que tornam

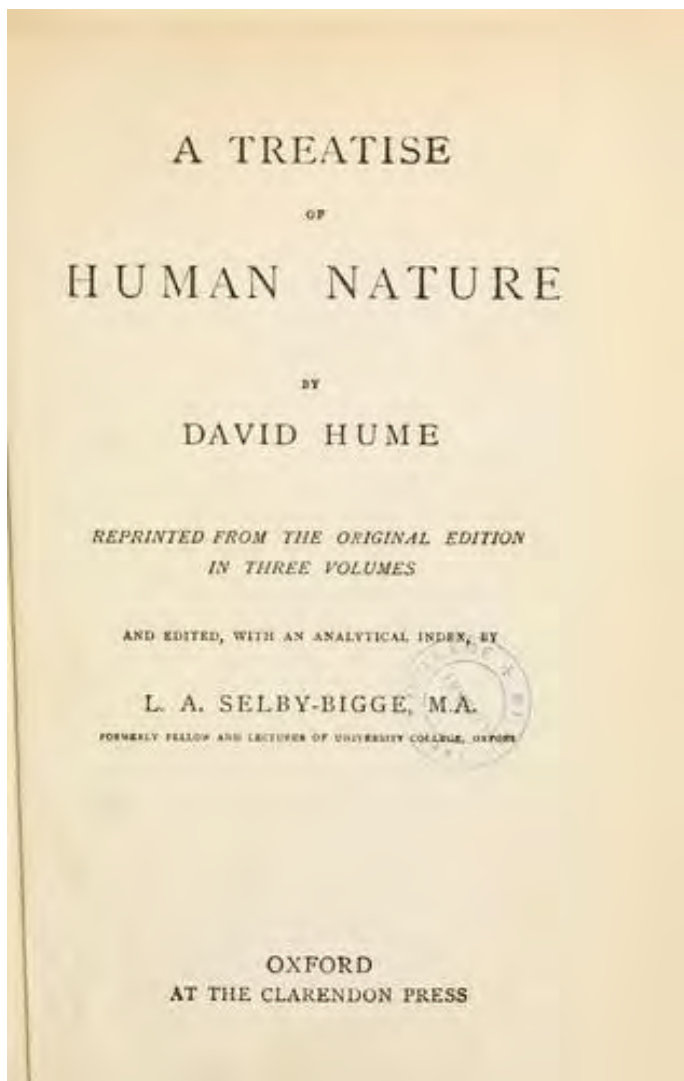


a cooperação humana, simultaneamente, possível e necessária.

Ora, então, se como acabamos de ver a

justiça emana do Homem e para o seu bem estar, porque é que ela falha?

Mantendo-nos numa vertente mais filosófica, e alinhando pelo diapasão de Kant, parece-me apropriado reconhecer que sujeitos há que de *per si* não conseguem conhecer aspectos básicos como o seu lugar na sociedade, a sua condição social, a sua fortuna, o seu talento, a sua força, a sua capacidade, a sua inteligência, etc... O que leva a que estes mesmos sujeitos



desconheçam a sua concepção do bem ou o seu projecto de vida. O único conhecimento que detêm é o de que a sociedade onde estão inseridos está submetida a um conceito de justiça e às respectivas consequências, em caso de conduta desconforme à ideia de justiça. Kant chama a este

fenómeno o "*Véu da Ignorância*".

Percebemos assim que a ignorância deve ser combatida e que esta é a negação da Justiça! Ao Homem exige-se racionalidade, sendo esta provavelmente a maior dívida com que o Criador nos brindou e, a meu ver, uma forma de nos aproximarmos Dele. Um sujeito racional é visto como tendo um conjunto coerente de preferências, estabelecidas de entre as opções que se lhes oferecem. Conhece as suas prioridades e toma as suas opções de acordo com a sua aptidão para prosseguir os seus objectivos. Prefere um plano que satisfaça um maior número de desejos a outro que satisfaça em menor quantidade desde que as possibilidades de êxitos sejam em tudo semelhantes. Só assim se consegue a tão almejada Justiça nas sociedades hodiernas.

O sentido de justiça é um desejo real de aplicar os princípios da justiça e de agir de acordo com eles, segundo o ponto de vista da justiça! Assim, será racional para aqueles que fazem parte de uma sociedade bem ordenada afirmarem o seu sentido de justiça determinando o seu projecto de vida. Resta demonstrar que esta posição para assumir o ponto de vista da justiça e ser por ele orientado está de acordo com o bem individual. A justiça depende desta dicotomia na determinação da sua estabilidade. Mas como já vimos a congruência não é um dado adquirido, mesmo numa sociedade bem ordenada. Já Aristóteles defendia que a participação (racional) na vida de uma sociedade bem ordenada é um bem fundamental. Esta conclusão aristotélica, depende do significado dos princípios da justiça e a sua prioridade nos projectos de vida de cada um,

bem como das características psicológicas da nossa própria natureza da nossa própria natureza.

Em conclusão a sociedade, vista como o conjunto de sujeitos de um determinado momento e espaço, é uma comunidade social constituída por comunidades sociais, realizando as várias formas de actividade humanas, dependendo da cooperação de umas e outras, não apenas para o bem estar individual dos sujeitos, mas também para fazer frutificar as nossas faculdades latentes, assim beneficiando o Homem de uma maior diversidade e riqueza da actividade colectiva. O que liga os esforços da sociedade numa comunidade social única é o reconhecimento e a aceitação mútua dos princípios da justiça e é esta afirmação geral que alarga os laços da identificação ao conjunto da humanidade.

Tudo visto e ponderado podemos então afirmar que cada um de nós é uma pedra do templo da Justiça e que quanto mais desbastarmos a nossa pedra bruta, mais próximos estamos da perfeição e consequentemente do ideal de Justiça.

Porque somos Maçons e porque nos reconhecemos entre nós como tal não poderia deixar de falar da Justiça Maçónica. Desengane-se quem julgar que vou aqui estar mais uma eternidade a falar de conceitos intangíveis ou de procedimentos e sanções aplicadas pelo Tribunal de Apelação. Não, não vou! Até porque essa, para mim, não é a Justiça Maçónica, essa é a justiça dos Homens que é aplicada quando o Ideal de Justiça é violado!

Espero não vos espantar ou chocar com esta minha visão simplista, mas não redu-

tora de Justiça Maçónica. Esta minha visão traduz-se no **Eu o Juro!**, palavras simples, singelas, mil e uma vezes decantadas entre nós na Arte Real, mas que se constituem no nosso dia a dia pesados fardos, que apenas os meus Irmãos, como bons e legítimos Maçons, que o são e eu vos reconheço, têm o estofa de carregar.

Meus Irmãos,

A Justiça Maçónica não é mais do que o escrupuloso cumprimento dos nossos juramentos assumidos no Altar dos Juramentos!

**Cumprindo os juramentos contraídos sobre o volume da Lei Sagrada o Maçom protege a Justiça sob a sombra das suas asas...**

*Bruno Loureiro Gonçalves, 32º*



# Instalação do Templo em Portugal

## Processo duplamente fundacional

Abordar o tema do papel do Templo na formação de Portugal implica entendê-lo como um processo fundacional o que, em primeiro lugar, exige um esclarecimento sobre o próprio conceito, de modo a evitar qualquer equívoco que o possa identificar com um momento que, *ex nihilo*, se considere fundador e *ab quod*, se inicie um novo período cronológico.

Ora, nesta ideia de processo fundacional tanto cabe a afirmação da independência do reino de Portugal como a instalação da Ordem do Templo no mesmo território, estando os dois processos intimamente ligados.

Importa, pois, definir os principais momentos dos dois processos para perceber o que, estrategicamente, têm em comum, sem esquecer outros dois intervenientes que, directa ou indirectamente neles interferiram de forma muito significativa.

Referimo-nos concretamente ao papel desempenhado pelos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, instalados em Santa Cruz de Coimbra desde 1131, e pela Ordem de Cister, presente em Portugal, através de filiação directa de S. João de Tauruca no mosteiro de Claraval, pelo menos desde 1144. De facto, é em Abril desse ano que, pela primeira vez, surge, em Portugal, uma referência clara à presença cisterciense, na doação do ermitério de Santa Eulália que Afonso Henriques fez ao abade João, *secundum ordinem cisterciensem Deo servientibus*<sup>1</sup>. Significativamente, esta referência seria clarificada numa carta de venda de 1147, onde, entre os confirmantes, se inscrevem *fratres claravaleses et prior eorum in Taurauca como-*

*rantes*<sup>2</sup>.

Falar do papel que Santa Cruz de Coimbra desempenhou no processo que conduziu à independência de Portugal é lembrar as duas figuras tutelares do futuro rei que, jovem infante acabado de chegar a Coimbra, “quando as rédeas do poder ainda tremiam nas suas mãos”, na feliz expressão de Aires Nascimento<sup>3</sup>, o acolheram com o seu conselho, a férrea vontade do seu prestígio e a sua sabedoria diplomática. Referimo-nos, naturalmente, a Teotónio e a João Peculiar. Teotónio, na peugada de arcediogo Telo, fundador de Santa Cruz, o que viria a ser seu grande orientador espiritual, o íntimo da casa, confessor da rainha; João Peculiar, na dupla qualidade de antigo crúzio e arcebispo primaz de Braga, o estratega que percorrerá todos os caminhos da Europa que conhece desde que, em jovem, frequentou as escolas de Paris, o diplomata que, em 1135, regressava de Pisa, onde com o arcediogo Telo, obtivera de Inocência II a Bula *Desiderium quod*, assinada em 24 de Maio e que reconhecia a Santa Cruz a protecção papal e a isenção episcopal.

Teotónio, o homem piedoso que soube encetar boas relações com os cistercienses que se iam estabelecendo em Portugal, através dos quais as notícias chegavam a S. Bernardo. Dele receberia, quando soube do declínio da sua saúde, um bastão que a iconografia e a devoção popular transformariam em báculo milagroso.

João Peculiar, o diplomata que privou com papas e príncipes, que se tornou amigo de S. Bernardo, com o qual estabeleceu

intensa relação epistolar, e que acabaria por ser o responsável do êxito da negociação que conduziu ao reconhecimento da independência do reino pela Santa Sé. Fundador de Santa Cruz com Teotónio e Telo é nomeado bispo do Porto, em 1136, e arcebispo de Braga dois anos depois por influência de Afonso Henriques. Foi nesta condição que se dirigiu a Roma para receber o respectivo pálio, participando no Concílio de Latrão de 1139, onde travou amizade com S. Bernardo.

Diferente seria o papel desempenhado por Cister. A ele voltaremos mais tarde.

Por agora, importa situarmo-nos. Quando, a partir de 1131, Afonso Henriques transferiu a corte de Guimarães para Coimbra, facto que está na origem de uma dupla e bairrista reivindicação relativa ao local de nascimento de Portugal, transformando a cidade do Mondego no centro de origem de todas as suas deslocações, assumiu uma decisão estratégica fundamental.

Por um lado, afastava-se do peso das casas senhoriais de Entre Douro e Minho que lhe haviam servido de apoio no confronto com o «partido galego», mas que agora lhe limitavam a capacidade de ma-

gora lhe limitavam a capacidade de manobra na expansão para sul, essencial para a criação de espaço que garantisse a sua sobrevivência política como governante de um estado independente, ainda que não renunciasse às suas pretensões galegas sobre os condados de Limia e Toronho, onde exerceu vários actos de soberania, originando novo conflito com Afonso VII, solucionado em 1137, em Tui, por acção de João Peculiar.

Por outro, aproximava-se dos cavaleiros de Coimbra e dos cavaleiros-vilãos dos concelhos da Beira, mais fáceis de controlar, porque mais independente do seu apoio.

Simultaneamente, garantia a ligação entre o poder temporal, representado pelo paço régio, e o espiritual que em Santa Cruz tinha o maior significado pela íntima ligação entre o rei e os cónegos regentes, ao mesmo tempo que obtinha as vantagens da vida urbana, com os contactos que proporcionava, e o acesso a uma maior circulação monetária que estimulava.

Coimbra, lembremo-lo, era um importante centro de cultura moçárabe, onde as tradições romano-visigóticas do Baixo Império se haviam amalgamado com a cul-

tura muçulmana, daí resultando um elemento intermédio entre a cultura senhorial do norte e as tradições mediterrânicas, base da construção de um espaço que, mental e culturalmente, se afastasse definitivamente da Galiza, originando a especificidade da realidade portuguesa.



Mas, era sobretudo a proximidade da fronteira com o Islão que tornava Coimbra o centro nevrálgico do território português.

O vale do Mondego, apesar dos esforços desenvolvidos por sua mãe, continuava um espaço inseguro, apesar de protegido pelos castelos de Penacova, Montemor e Santa Eulália, a norte do Mondego e pelos de Condeixa, Soure, Germanelo, Penela, Miranda, Lousã e Góis, a Sul. Permanecia sujeito às incursões mouriscas, de que o ataque almorávida chefiado por Ali ben Yussuf, emir de Marrocos, no Verão de 1116, era um forte exemplo que perdurava na memória. É certo que Coimbra fora poupada, apesar de sofrer novo ataque em 1117, mas toda a região fora assolada,

Eulália e a Montemor.

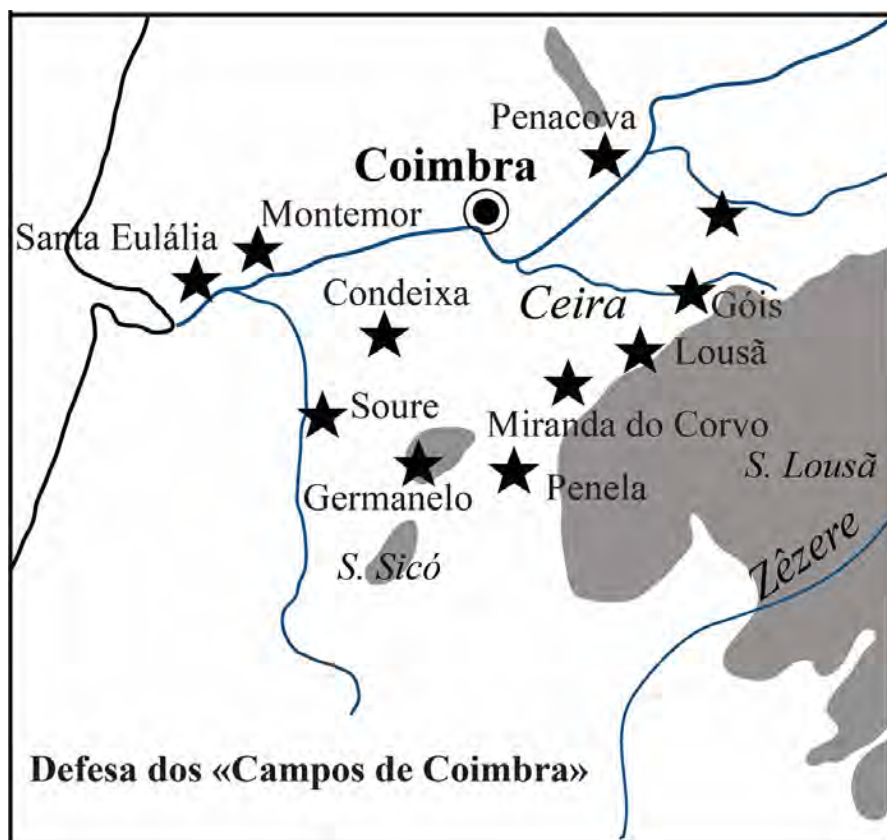
Coimbra, abria-se para o Sul através das duas principais vias romanas que conduzi- am a Santarém e Lisboa, por onde chegavam rapidamente os exércitos muçulmanos e que, portanto, era imperioso controlar. Santarém podia atingir-se pela via que de Coimbra seguia em direcção a *Sellium* (Tomar), mas para chegar a Lisboa, sem esquecer a via que, mais próxima do litoral, seguia por Torres Vedras, podia optar-se pela que, depois de *Conimbriga* se dirigia a *Collippo*, próximo de Leiria, e daí continuava por *Eburobrittium*, junto de Óbidos. Esta era a via privilegiada para incursões rápidas provenientes do Sul porque, menos protegida, permitia

flanquear os castelos de Penela e Miranda do Corvo que protegiam o acesso proveniente do vale do Nabão.

A necessidade de defesa dessa via aparentemente secundária, fora já detectada por sua mãe, D. Teresa, levando-a a entregar a defesa e recuperação do castelo de Soure, ainda em 3 de Novembro de 1122<sup>4</sup>, ao seu marido/amante, Fernão Peres de Trava, que não conseguiu levar a efeito o cometimento, provavelmente por se encontrar envolvido nos confrontos entre o bispo de Santiago, Diego Gelmirez, e Afonso VII de Leão e Castela.

Desconhecemos o motivo pelo

qual D. Teresa tardou seis anos em tentar reocupar o castelo de Soure após a destruição a que fora sujeito em 1116, mas a sua incapacidade militar face à presença muçulmana muito próxima, protegida quer pelas fortificações da região de Alcobaca (Alfeizerão, Salir e Torre de S. Martinho), quer pelo castelo de Abdegas<sup>47</sup> (Ourém) deve estar na origem dessa de-



tendo caído os castelos de Soure, de Miranda do Corvo, Santa Eulália e Montemor-o-Velho, o que revela um ataque de grande dimensão, utilizando as várias vias de acesso provenientes do Sul, incluindo a marítima que facilitou o ataque a Santa

baça (Alfeizerão, Salir e Torre de S. Martinho), quer pelo castelo de Abdegas (Ourém) deve estar na origem dessa demora.

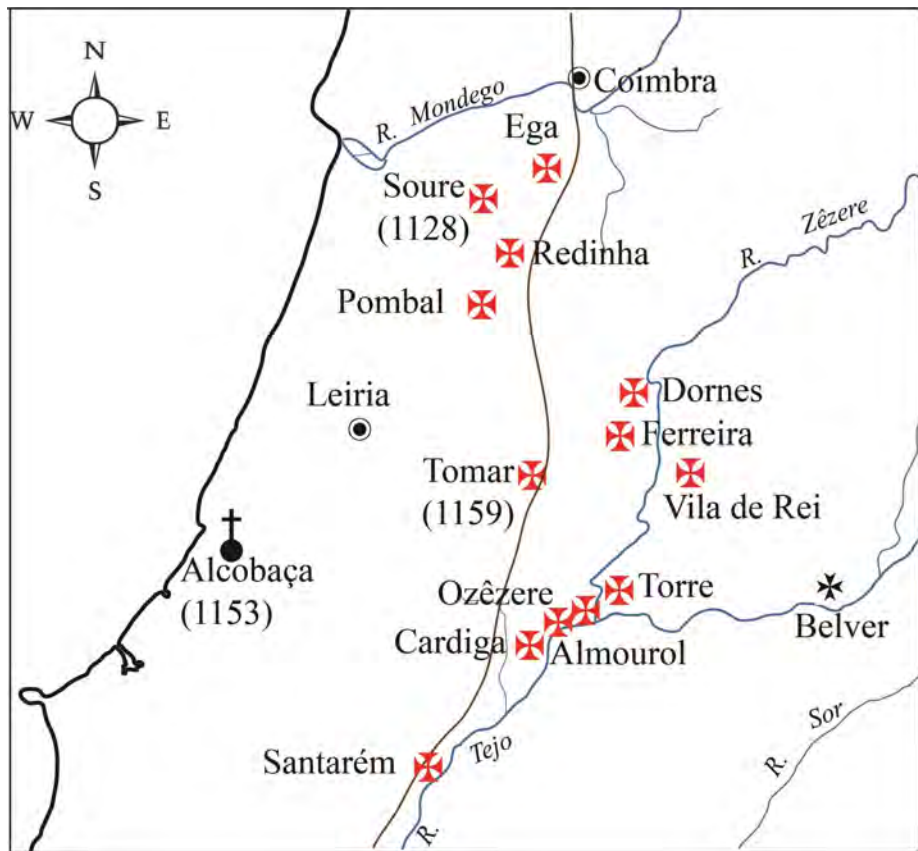
Deste facto resultou, em 19 de Março de 1128<sup>5</sup>, a doação de Soure por D. Teresa, aos cavaleiros do Templo, confirmada por seu filho em 13 de Março do ano seguinte, no que podemos considerar a primeira presença militar do Templo fora do Ultramar, como os cavaleiros designavam o Próximo Oriente.

A edificação do castelo de Leiria, em 1135, na colina onde certamente se erguera uma torre de vigia muçulmana, foi o passo seguinte. Saía reforçada a defesa de Soure. Mas para assegurar a defesa da antiga via *Scalabis – Bracara* era imperioso garantir os castelos de Miranda e Penela, o que fez pela doação de cartas de foral em 1136 e 1137, respectivamente, que concediam importantes privilégios à cavalaria-vilã desses concelhos. No entanto, a defesa de Coimbra apenas ficaria garantida com a edificação dos castelos de Germanelo, junto do Rabaçal, e dos de Alvorge e Ansião.

Qual o papel do Templo nesta estratégia, simultaneamente de defesa dos campos de Coimbra e de preparação do ataque à linha do Tejo? Documentalmente apenas sabemos da sua presença em Soure, embora não restem dúvidas sobre a sua participação nos fossados, ao lado do príncipe, como sucedeu com os de Ladeia e de Fernão Peres Cativo, da mesma forma que marcaram presença no assalto ao reduto fortificado sobre o rio Lis, em 1135.

Esta estratégia seria, no entanto, posta à prova no ano de 1144, quando novo ata-

que muçulmano chefiado pelo alcaide de Santarém, Abu Abzechri, foi repellido em Soure, pela acção dos Templários. Contrariamente ao castelo de Leiria que o alcai-



de D. Paio Guterres não conseguira defender, na incursão almóada de 1137, Soure manteve a resistência sem ser tomado. Não sem alguns custos, é verdade, pois não conseguiram evitar que o exército muçulmano retirasse sem fazer alguns prisioneiros, entre os quais se encontrava o que viria a ficar conhecido como S. Martinho de Soure.

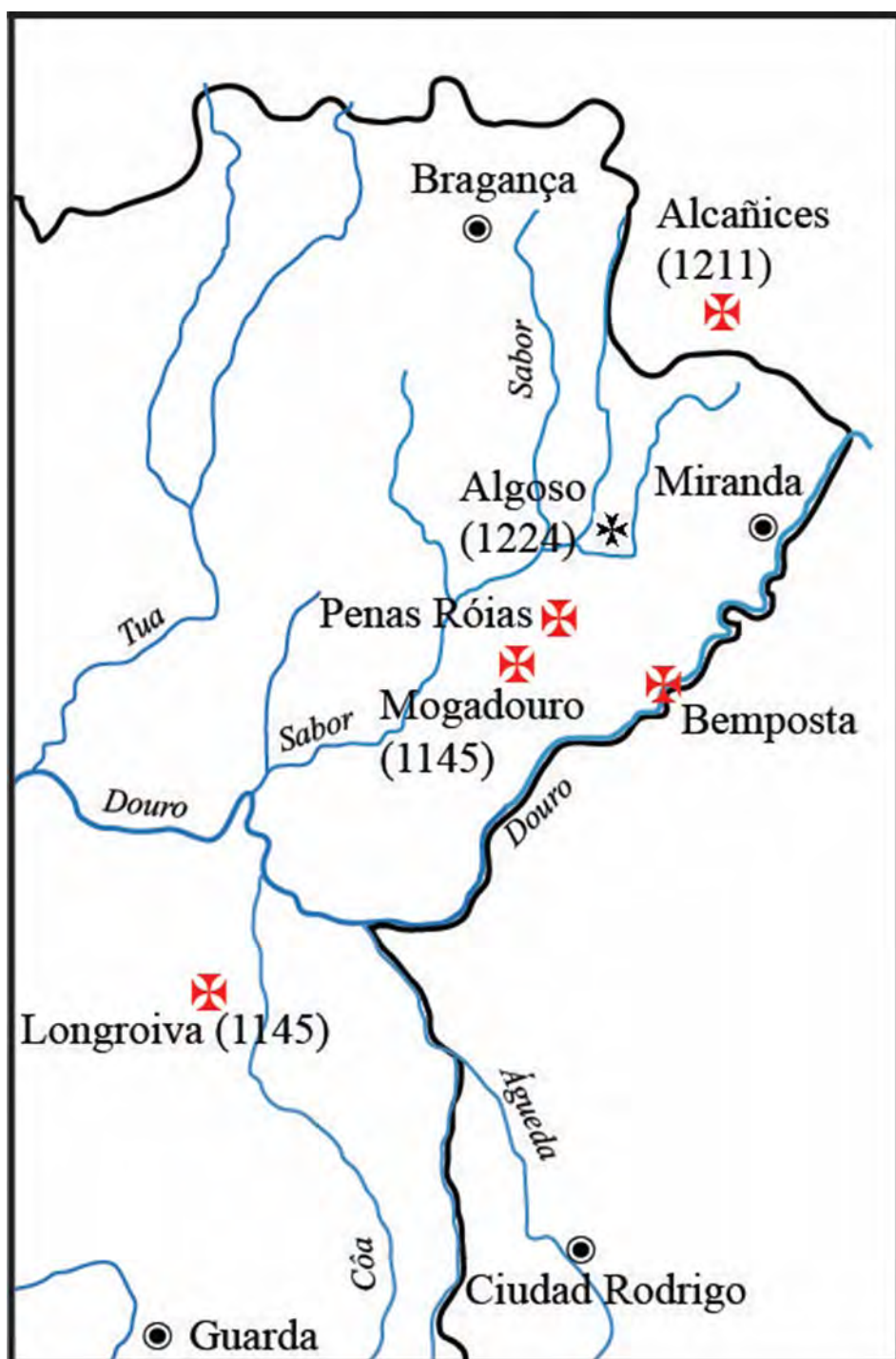
A década e meia de isolamento a que se haviam remetido exibia agora o seu triunfo ao garantir a defesa da linha do Mondego.

Fosse por reconhecimento do apoio recebido em Soure, fosse por considerar que a sua presença era fundamental na zona raiana do rio Côa, em plena *Extremadura*, uma vez que D. Afonso disputava a posse do Riba-Côa a seu primo, o Imperador Afonso VII, os templários, na pessoa de D.



Hugo de Martónio, receberam do Senhor de Bragança, D. Fernão Mendes, o castelo de Longroiva, sobranceiro ao rio, de onde facilmente poderiam penetrar nas planuras do reino de Leão. Mas não se manifestara em toda a sua plenitude, a generosidade do Braganção. Pouco tempo depois desse 10 de Junho de 1145, entregavam-lhes também os castelos de Mogadouro e Penas Róias, em pleno coração de Trás-os-Montes, doações que seriam incompreensíveis sem a bênção de Afonso Henriques, seu cunhado.

Podemos considerar que a sua presença não fora, até então, determinante para garantir a sobrevivência e independência do reino. Centrados em Soure e garantindo apenas a defesa SW dos campos de Coimbra, Afonso Henriques não poderia, ainda, dado o pequeno número de cavaleiros em Soure, basear as suas iniciativas militares no apoio concedido pelo Templo. Isto não significa, no entanto, que as várias incursões para Sul, incluindo a célebre Batalha de Ourique, em 1139, onde terá sido aclamado rei segundo a tradição



germânica, não incluíssem alguns cavaleiros do Templo que, se pelo seu número poderiam ser dispensáveis, não deixavam de ser imprescindíveis pelo aconselhamento das táticas militares.

Mas cotejemos esta escassa presença no território português com a que evidenciavam em outros territórios europeus.

Para tal, importa salientar que, em todo o território europeu, apenas a Península Ibérica era considerada terra de Cruzada, estando em termos militares em situação idêntica à do Ultramar.

**Em Aragão**, apesar de Afonso I (ex-marido da rainha Urraca), em 1132, ter deixado o reino em testamento à ordens do Hospital, do Santo Sepulcro e do Templo, só em 1143, com Ramón Berenguer IV, o Templo viu reconhecida a posse dos castelos de Monzón, de Barberá, Remolins e Granyena. O acordo selado

em Gerona congregava Hugues Rigault, Mestre em França, e um dos fundadores da Ordem, Pere de Rovira, Mestre na Provença, e Roberto de Craon, segundo Mestre da ordem, herdeiro de Hugo de Payens.

No reino de Leão e Castela, a presença templária apenas é atestada em 1146, pela doação de Villaseca (Soria), mas a declarada incapacidade de defenderem Calatrava que Afonso VII lhes doara em 1150, tornar-se-á um labéu de que a Ordem nunca se libertará totalmente em Castela.

Portugal distinguia-se assim dos demais reinos peninsulares pela temporã implantação efectiva do Templo, mesmo não tomando em conta a sua anterior presença em Fonte Arcada, Braga<sup>6</sup>.

Braga e Soure confirmam-se, assim, como os primeiros locais da implantação templária fora do contexto da Terra Santa. Mesmo na Champagne de Hugo de Payens devemos esperar por 1132 para encontrar referências à primeira comenda francesa, a Comenda de Neuville, não se detectando qualquer menção documental à Casa do Templo, em Paris, antes de 1146. Nesse ano uma carta de Simão, bispo de Noyon concedendo ao Templo a igreja de Tracy-le-Val termina: *Actum Parisius in Templo presente Magistro et conventum militum anno ab incarnatione Domini M<sup>o</sup> C<sup>o</sup> XLVI<sup>o</sup>*<sup>7</sup>. Idêntica situação sucedia em Inglaterra para a qual apenas dispomos de informação documental a partir de 1162, com os templários estabelecidos em High Holborn, Londres, por doação de Henrique I, vindo a consagrar a igreja redonda dedicada à Virgem Maria em 10 de Fevereiro de 1185, com a presença do patriarca de Jerusalém, Heraclito.

Parecia distante a recomendação de S.

Bernardo, desaconselhando as fundações cistercienses na Península, posição que mantivera até 1127<sup>8</sup>, curiosamente o mesmo ano em que Hugo de Payens, com cinco companheiros de armas se dirigiu à Europa em busca de reconhecimento da Ordem, para o qual S. Bernardo desempenharia o papel fundamental por todos conhecido.

Eram estes anos iniciais, tempo de gestação, de combustão lenta no atamor de onde brotariam os mais puros metais.

O que faziam os cavaleiros de Soure, quando Afonso Henriques dirigiu a Lúcio II a *Claves regni coelorum* comunicando-lhe que tinha feito homenagem à Santa Sé, como *miles Sancti Petri*, nas mãos do legado Guido de Vico que viera à Península em busca das remessas de ouro que daqui chegavam a Roma e agora começavam a rarear? Se nesta submissão ao papa Inocêncio II e consequente autonomia em relação a Afonso VII, quando, em 5 de Outubro de 1143, em Zamora, lhe reconhece o título de *rex* é claramente perceptível a mão de João Peculiar, qual terá sido a posição do Templo? Se João Peculiar mantinha contactos frequentes com S. Bernardo e este era, por sua vez, o homem mais influente na cúria romana, é difícil compreender que essa iniciativa não tivesse a aprovação do Templo.

É certo que a homenagem de Afonso Henriques se dirigia ao íntimo amigo de S. Bernardo, Inocêncio II, que dela não chegou a ter conhecimento por, entretanto, ter falecido. Mas se esses tempos eram pouco saudáveis para a vida dos papas, eram altamente favoráveis para a influência que S. Bernardo sobre eles exercia, preocupados que andavam com a revolta da cidade de Roma, que instigada por Arnaldo de Brécia pretendia transformar-se

numa comuna idêntica à de outras cidades italianas e, assim, subtrair o poder temporal ao papa.

Dessa influência resultaria, em 29 de Março de 1139, a bula *Omne datum optimum* que autonomizou a Ordem do Templo em relação ao poder episcopal, transformando-a numa espécie de prelatura pessoal dependendo directamente do papa.

A influência bernardina, que se manifestara já sobre Honório II como se conclui pela forma como o Concílio de Troyes apro-

dos de Inocêncio II e Eugénio III (Fevereiro de 1130 – Julho de 1153) que sucedem as alterações mais significativas em Portugal, depois da consolidação das defesas dos campos de Coimbra e o avanço da fronteira para a linha do Tejo.

Em Abril de 1144<sup>9</sup>, o mosteiro de S. João de Tarouca, que havia sido fundado em 1141 por João Peculiar sobre um anterior ermitério, aderiu à observância cisterciense.

O mesmo sucederia com S. Cristóvão de



vou, sob sua influência, a Ordem do Templo, continuará a exercer-se durante os três pontificados seguintes, dela beneficiando quer a Ordem de Cister quer a Ordem do Templo. Aos cinco meses de pontificado de Celestino II (26/09/1143 – 08/03/1144) e aos onze em que exerceu Lúcio II, (9/03/1144 – 15/02/1145) papa que recebeu a notícia da homenagem de Afonso Henriques, seguiram-se quase oito anos e meio do cisterciense Eugénio III, altamente favoráveis a Portugal.

É fundamental realçar que é durante o período compreendido entre os pontifica-

Lafões que, por acção de João Peculiar recebeu carta de couto de D. Afonso Henriques em 1137, e, em 1161 abandonou a Regra de Santo Agostinho para adoptar a observância cisterciense em 1161<sup>10</sup>.

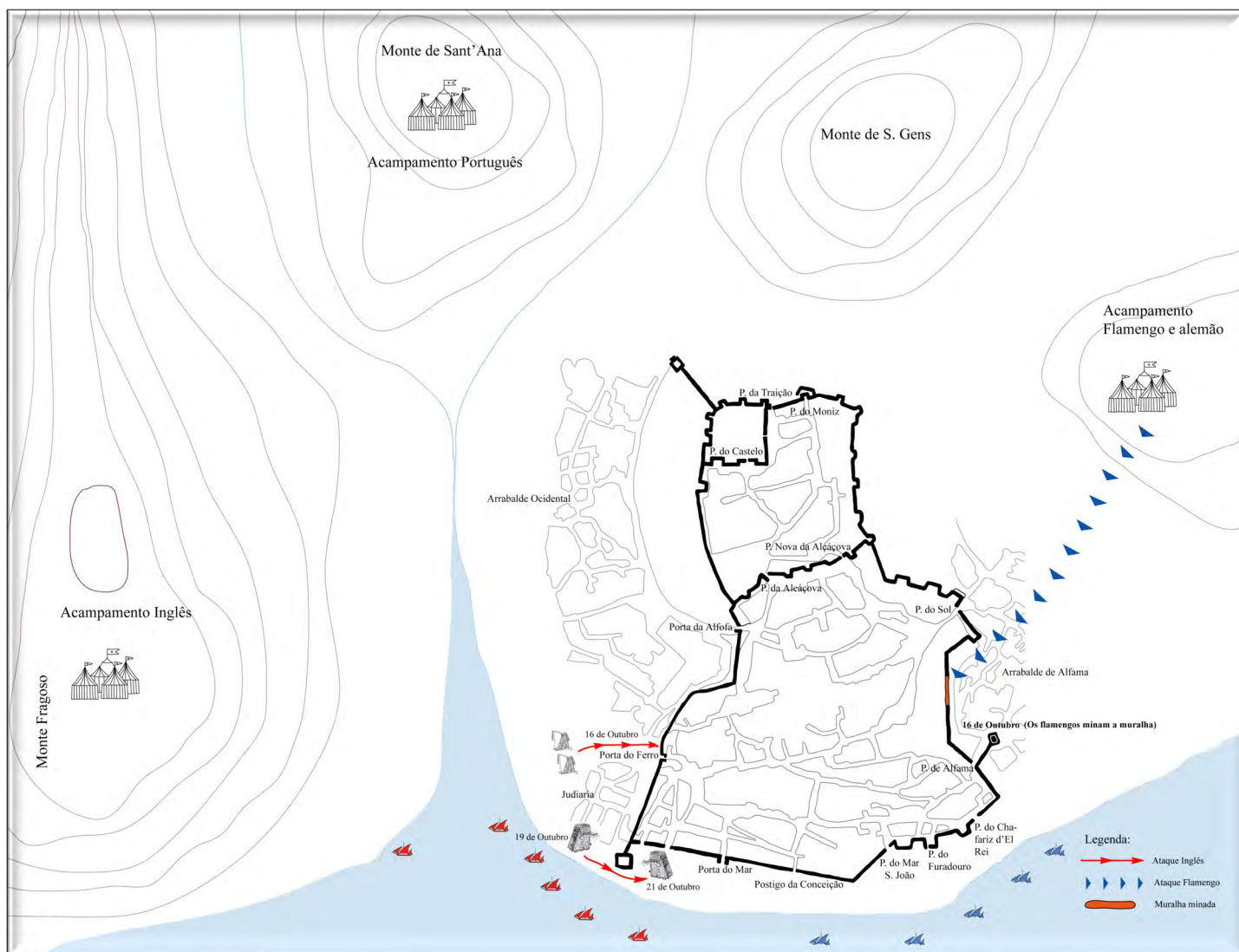
É, no entanto, com a fundação de Alcobaça que percebemos quão próxima e confluyente é a relação entre João Peculiar e S. Bernardo.

A sua fundação remonta a 1153, ano da morte de S. Bernardo. Mas sendo uma fundação de Claraval ela não teria sido possível sem que se cumprissem os requi-

sitos exigidos: Um pedido ao Capítulo Geral de Cister, uma inquirição, no ano seguinte, para averiguar as condições para a fundação e, em caso de aprovação, a assinatura da carta de fundação. Este processo exigia três anos, o que nos permite concluir que S. Bernardo estava a par deste projecto, pelo menos desde 1151, não sendo João Peculiar estranho a todas as

captura de Santarém em 15 de Março de 1147, onde o procurador templário D. Hugo Martoniense e o seu sucessor na chefia da Ordem, D. Pedro Arnaldes, desempenharam um papel de realce.

De facto, a vitória alcançada em Ourique, em 1139, e o declínio almorávida, após a morte do emir Ali ben Yusuf, em 1143,



negociações entretanto ocorridas.

A fundação de Alcobaça, numa região até então sujeita às incursões muçulmanas, como sucedera em 1137, seria impensável sem que a linha do Tejo estivesse consolidada com a posse de Santarém e Lisboa.

Importa, pois, regressar ao Templo que abandonámos em Soure para, ostensivamente, o encontrarmos a participar na

abriam a D. Afonso Henriques a oportunidade de alcançar vitórias que o tornassem particularmente notado na corte do rei de Leão.

Ora, que vitória poderia ser mais retumbante do que conquistar a mais poderosa cidade muçulmana desta faixa atlântica? Lisboa, estava ali à mão, formosa nas suas colinas debruçadas sobre o Tejo, afamada na voz dos poetas, rica pelo trato dos

mercadores, segura pela solidez das suas muralhas.

Poderia sonhar com maior ousadia? O que a todos poderia parecer insensatez ou temeridade, tornou-se em obsessão na mente de D. Afonso, necessitado de um feito heróico que justificasse o título de rei que, há algum tempo, vinha reclamando.

Delineada a estratégia, envolvendo os cavaleiros provenientes da Flandres e de Inglaterra empenhados na 2ª Cruzada, dificilmente se poderá compreender que nela não tenham desempenhado os Templários um papel fundamental.

Nem de outra maneira poderia ter sido, uma vez que um dos principais mentores da estratégia adoptada foi S. Teotónio, Prior de Santa Cruz de Coimbra, que mantinha relações muito próximas com S. Bernardo, o grande mentor da Ordem do Templo e, por essa altura, já a correspondência entre João Peculiar e S. Bernardo deveria ter posto em marcha toda a engrenagem que, em colaboração com o bispo do Porto, haveria de garantir a participação dos cruzados no cerco de Lisboa, em 1 de Julho desse ano.

Se os cavaleiros templários foram militarmente fundamentais nas hostes do rei, João Peculiar foi determinante nas negociações que conduziram à entrega da cidade, garantindo que a propriedade, a honra e a vida dos seus habitantes seriam respeitadas e mantidas.

Iniciava-se uma disputa entre o bispado de Lisboa e a Ordem do Templo que só viria a ser solucionada, em Fevereiro de 1159, por um acordo entre as partes sob a influência de D. Gualdim Pais.

A Ordem do Templo cedia todos os direitos que recebera em Santarém, com excepção da igreja de Santiago e recebia,

em troca, o vasto território de Ceras, na actual freguesia de Alviobeira, passando a controlar a estrada que ligava Santarém a Coimbra.



Regressado da Palestina em 1156, onde combatera como cruzado durante cinco anos, quando os seus irmãos iniciavam a construção do castelo de Pombal, D. Gualdim Pais recebeu a chefia da Comenda de Sintra, passando a dirigir a Ordem, após a morte de D. Pedro Arnaldes, no assalto aos muros de Alcácer do Sal, em 1158, em cuja conquista também participou.

Consolidado o povoamento da área de Soure, agora defendida também pelos castelos de Ega e Redinha, e controlada a passagem do Tejo pela posse de Lisboa e Santarém, D. Gualdim Pais iria centrar a sua atenção nas áreas da bacia do Tejo, mais acessíveis a incursões provenientes do Sul: a área em torno da foz do Zêzere e a que dava aceso às planuras da região que viria a ficar conhecida como Beira Baixa.

A doação de Ceras constituiu o primeiro passo da aplicação desta estratégia que viria a revelar-se fundamental na defesa da linha do Tejo, impedindo incursões muçulmanas em direcção ao Norte.

quer dúvida.

Em 1 de Março de 1160, iniciavam-se as obras do castelo e da charola, unindo intimamente as duas funções da Ordem, a religiosa e a militar, que sairia, ainda, mais



Após este momento, o papel do Templo na defesa da linha do Tejo é determinante garantia da sobrevivência do reino. Simbolicamente, a fundação de Alcobaça em 1153, cuja carta de doação ostenta um sinal rodado com a cruz pátea, precede a construção do castelo de Pombal, em 1156, e a fundação de Tomar em 1159, mas beneficiava da garantia de defesa proporcionada pelos freires estabelecidos em Santarém.

Gualdim Pais decidiu erguer o castelo para a sede da Ordem numa colina sobranceira ao rio Nabão e à velha cidade romana de *Sellium*, preferindo-a às ruínas do castelo de Ceras, «por ser melhor cabeça e ter melhores águas». Se a sua escolha resultou apenas das características defensivas do terreno ou de cálculos misteriosos apenas conhecidos dos cavaleiros do Templo, nunca o saberemos. Mas de que a sua preferência haveria de mostrar-se profundamente acertada, não resta qual-

reforçada com a construção simultânea da igreja de Santa Maria no olival que cobria as ruínas da antiga cidade romana. A iniciativa de D. Gualdim Pais parecia receber a bênção dos céus, tal era o desenvolvimento do novo burgo, cujos habitantes recebiam o primeiro foral em 1162, que seria reforçado por um outro, concedido em Junho de 1174.

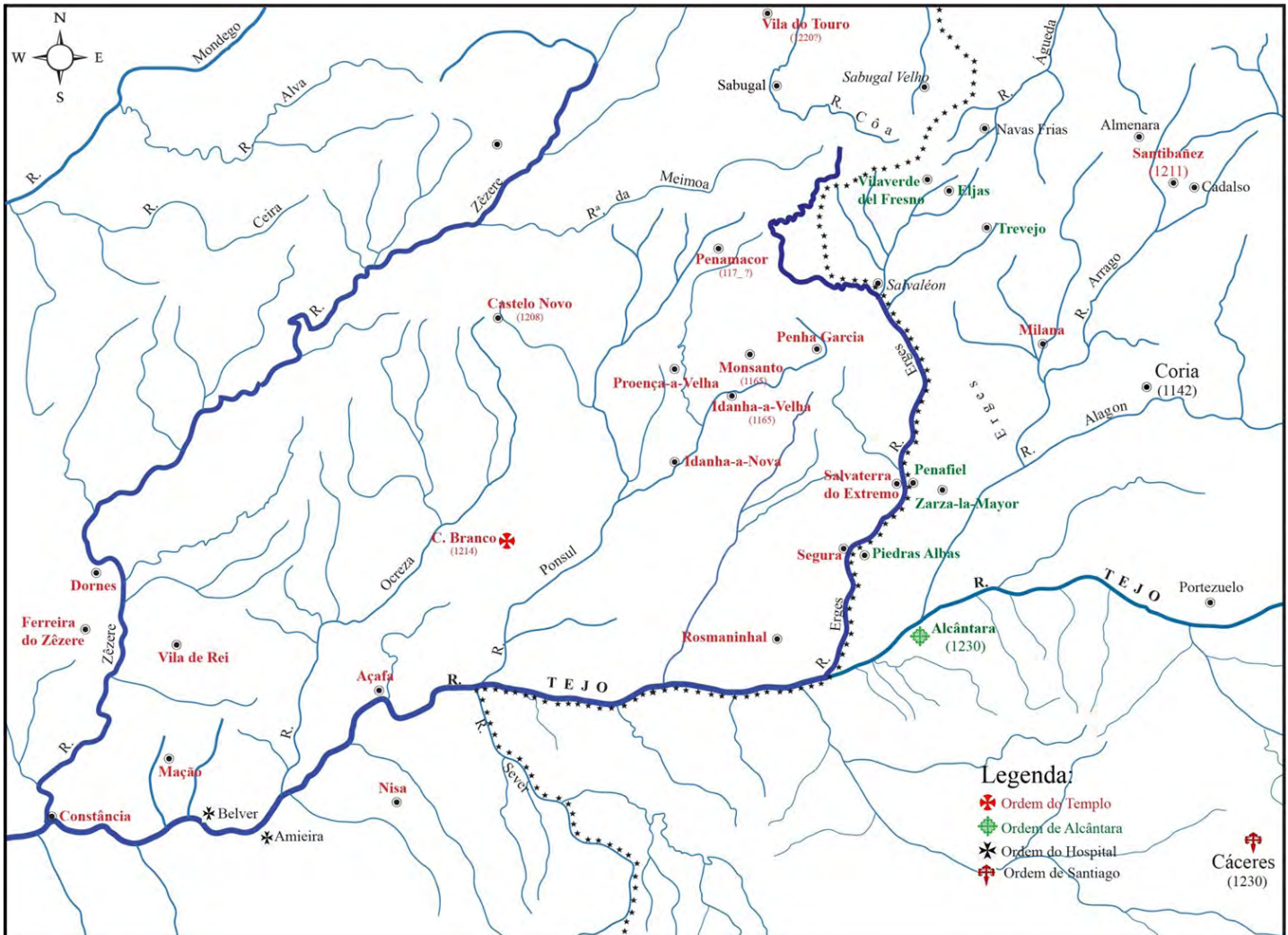
Entretanto, todo o território compreendido entre o vale do Zêzere e a fronteira com o reino de Leão se mantinha sem uma estrutura de defesa organizada o que potenciava incursões provenientes de Badajoz, quer através da estrada de Arronches, quer pela antiga via romana que atravessava o Tejo na ponte de Alcântara.

É com o objectivo de organizar esse vasto território, limitado pelo Zêzere, a Poente, pelo Tejo, a Sul, e pelo Erges, a Nascente, que se compreende a doação da velha *Egitania* (Idanha-a-Velha) e de Monsanto,

que D. Afonso Henriques concederá ao Templo, em 30 de Novembro de 1165, doação que D. Sancho I confirmará, em 1197 e em 1199, por troca, não consumada, com Mogadouro e Penas Róias em território transmontano.

acrescentará, no mês seguinte, os castelos do Zêzere e de Cardiga.

Por essa altura já o castelo de Tomar deveria estar praticamente concluído, seguindo o plano original de D. Gualdim Pais que nele aplicou as mais avançadas técnicas



Se exceptuarmos a estreita faixa litoral, a Oeste do Maciço Calcário Estremenho, onde pontificavam os cónegos de Santa Cruz de Coimbra e os cistercienses de Alcobaça, seus aliados mais próximos, praticamente todo o território compreendido entre o Maciço Central e o rio Tejo ficava entregue à Ordem do Templo.

Certamente se tratava de uma precaução face ao crescente poder almóada, no sul da Península. Com o mesmo objectivo lhes concede, em Setembro de 1169, a terça parte de todas as conquistas que vierem a efectuar a Sul do Tejo, a que

cas de engenharia militar aprendidas na Palestina, como sucedeu com a utilização do alambor.

Concluída a construção da sede da Ordem, puderam os cavaleiros do Templo dedicar-se ao reforço dos outros castelos que tinham à sua guarda, ou à construção de novas fortificações. Assim sucedeu, em 1171, na ilhota de Almourol, e nos castelos de Pombal, Zêzere, Cardiga, Idanha-a-Velha e Monsanto.

A morte de D. Afonso Henriques, em 1185, não deve ter provocado qualquer alteração no relacionamento da Ordem

com o novo rei, já que, a par das campanhas de Geraldo sem Pavor, a reconquista do Alentejo fora feita principalmente por iniciativas de cavaleiros vilãos, com apoio régio, que haviam de culminar no desastre de Badajoz, em 1169, e no abandono de todas as praças anteriormente conquistadas com excepção de Évora e Juromenha.

Os anos seguintes, em que o poder de facto é exercido pelo infante D. Sancho, correspondem à ofensiva almóada. Beja, que fora abandonada após o ataque de Geraldo sem Pavor, é repovoada pelos muçulmanos em 1175.

O Rio Tejo torna-se novamente uma linha de fronteira, com a sua defesa assente nas praças que a estratégia de D. Afonso em colaboração com D. Gualdim Pais definiu poucos anos antes.

Não se limitou, no entanto, a uma defesa estática. Certo de que a melhor defesa é o ataque, patrocinou a fundação da milícia dos Cavaleiros de Évora, à semelhança do que D. Fernando II de Leão fizera com a criação dos Cavaleiros de Santiago, na cidade de Cáceres, em 1170, para se defender dos ataques almóadas que ameaçavam o Norte pela *Via da Prata*, proveniente de Mérida, e pela *Via Guinea (Equinea)* com origem na ponte de Alcântara.

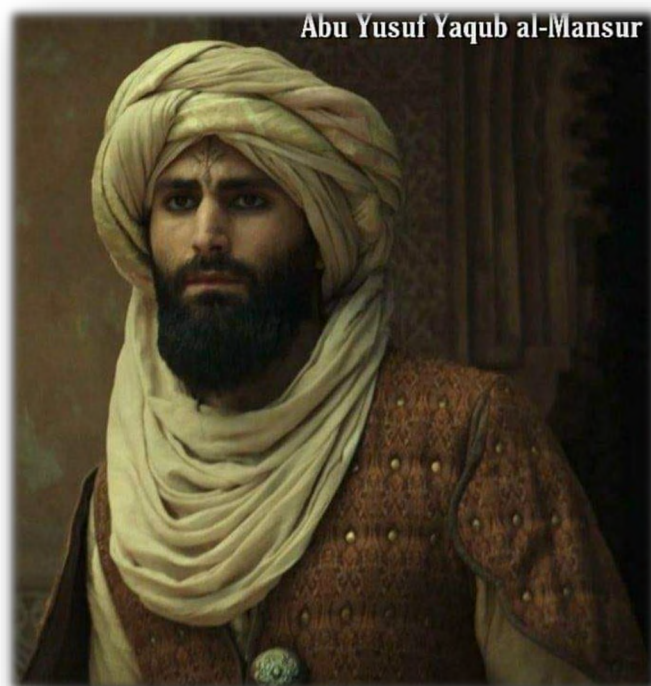
Se a criação da Ordem de Santiago não atingiu objectivos imediatos, pois não impediu a reconquista muçulmana de Alcântara e Cáceres, em 1174, abrindo o acesso ao vale do Zêzere pelas planuras da Beira Baixa, a Ordem dos Cavaleiros de Évora, apoiada na rectaguarda pelo castelo de Coruche, garantiu a posse da cidade.

Mas, o grande teste não havia, ainda, chegado.

Talvez como resposta a uma investida do infante D. Sancho contra os arredores de Sevilha, levada a cabo em 1178, os almóadas desencadearam, a partir do ano seguinte, uma série de ataques contra Évora, que resistiu; mas também contra Coruche que foi arrasada e contra Abrantes que foi tomada, sem esquecer alguns ataques marítimos contra a cidade de Lisboa.

Mas tudo isto era apenas o prenúncio do grande ataque contra a cidade de Santarém, encetado em 1184 e comandado pelo próprio emir Abu Yaqub Yusuf Todos tinham consciência de que a queda de Santarém colocava em situação crítica a manutenção da própria cidade de Lisboa.

Por isso, Santarém resistiu, com o apoio



Abu Yusuf Yaqub al-Mansur

de todas as forças cristãs, tendo o califa encontrado aí o fim dos seus dias. Embaldado pelo sucesso, D. Sancho I, que sucedera a seu pai, resolveu aproveitar o apoio de vários grupos de cruzados que aportavam a Lisboa para tentar conquistar algumas praças na costa sul. 1191 marca a conquista do castelo de Alvor e da cidade de Silves.

A resposta seria terrível. Abu Yusuf Ya'qub al-Mansur, faria chegar a sua vingança em



força e com sabor amargo. Em Julho de 1190, cerca a cidade de Silves, que se rende no ano seguinte, prosseguindo a investida para norte. Conquista Almada, Alcácer do Sal e Palmela. A sul do Tejo, apenas Évora se manterá na posse cristã. Mas o seu ímpeto prossegue para Norte. Ultrapassado o Tejo, assalta o castelo de Tomar, tendo os cavaleiros templários resistido de forma heróica, entrincheirados no interior da alcáçova, mas destrói as fortificações erguidas em Torres Novas e Abrantes, o mesmo devendo ter acontecido em Almourol, Zêzere e Cardiga.

Um ataque tão concentrado e tendo como alvo um objectivo tão claramente definido só poderia resultar de uma estratégia assente no conhecimento profundo de quem garantia o controlo da linha fronteira do Tejo: os cavaleiros templários.

Era o mais claro reconhecimento da sua fundamental importância para a definição das fronteiras do reino.

Entretanto, a vastidão do império almóada, distribuído pelas duas margens do Mediterrâneo, obrigava al-Mansur a dar atenção aos muitos inimigos internos que conspiravam contra ele. Numa das suas deslocações a Marrocos, aproveitando a

sua ausência, o arcebispo de Toledo dirigiu uma incursão sobre os territórios muçulmanos do Sul, atacando e pilhando os arredores de Córdoba e Sevilha.

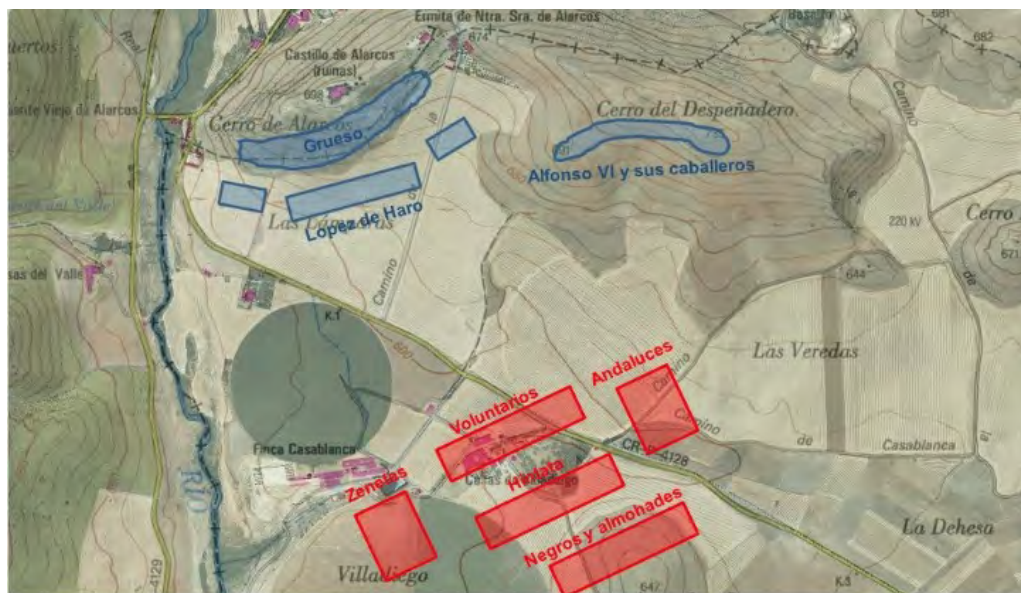
Novamente a resposta de al-Mansur foi terrível. Investindo contra o norte cristão, em 19 de Julho de 1195, desbaratou, em Alarcos, próximo de Ciudad Real, o exército castelhano de D. Afonso VIII, que não soube esperar pelos reforços leoneses de D. Afonso IX, nem pelos de D. Sancho VII da Navarra.

Em resultado desta batalha, al-Mansur recuperou todas as cidades a sul do Tejo, colocando em perigo a segurança da própria cidade de Toledo.

Foi necessário esperar 17 anos, para que, em 16 de Julho de 1212, se revertesse a situação. Impulsionado pelo papa Inocêncio III, D. Afonso VIII de Castela congregou um exército composto pelas forças castelhanas, reforçadas por tropas de Sancho VII de Navarra, Pedro II de Aragão e Afonso II de Portugal, a que se juntaram muitos cavaleiros leoneses e as ordens militares do Templo, de Santiago, Calatrava e Hospitalários, sem esquecer os muitos cruzados de Além Pirinéus.

As tropas muçulmanas, comandadas pelo

próprio califa Muhammad An-Nasir, que sucedera a seu pai, Abu Yusuf Ya'qub al-Mansur, seriam derrotadas em Navas de Tolosa. A partir desse momento, a correlação de forças inverte-se e a «Reconquista Cristã» passa à ofensiva, embora as cidades mais importantes continuem a oferecer uma forte resistência.



Batalha de Alarcos (1195): Campo de Batalha e desdobramento de forças



*Batalha de Navas de Tolosa. Pintura a óleo de F. P. Van Halen*

Cáceres, Badajoz e Mérida, como postos avançados de Córdoba e Sevilha, continuavam a ameaçar a fronteira mais vulnerável do reino, a que se estendia a nascente das terras da Idanha e do território da Açafa, razão que, certamente, motivou a transferência da sede da Ordem do Templo para Castelo Branco e a doação do castelo de Marvão, em 1214.

É certo que, ainda nesse ano, a conquista da vila de Alcântara, pelo rei de Leão, tornou mais difíceis os ataques muçulmanos, mas muitas estradas havia que podiam permitir um assalto pelo flanco leste, a partir de Cáceres ou de Badajoz. Todas elas, no entanto, se encontravam sob a vigilância do Templo.

Na costa atlântica, Alcácer do Sal seria recuperada três anos depois, com auxílio de cruzados que seguiam em direcção à Palestina, neutralizando, assim, todos os ataques almóadas contra Sesimbra e Pal-

mela.

Em 1227, após várias tentativas, Cáceres é finalmente conquistada, logo seguida de Mérida e mesmo Badajoz apenas resistirá até à Primavera de 1230.

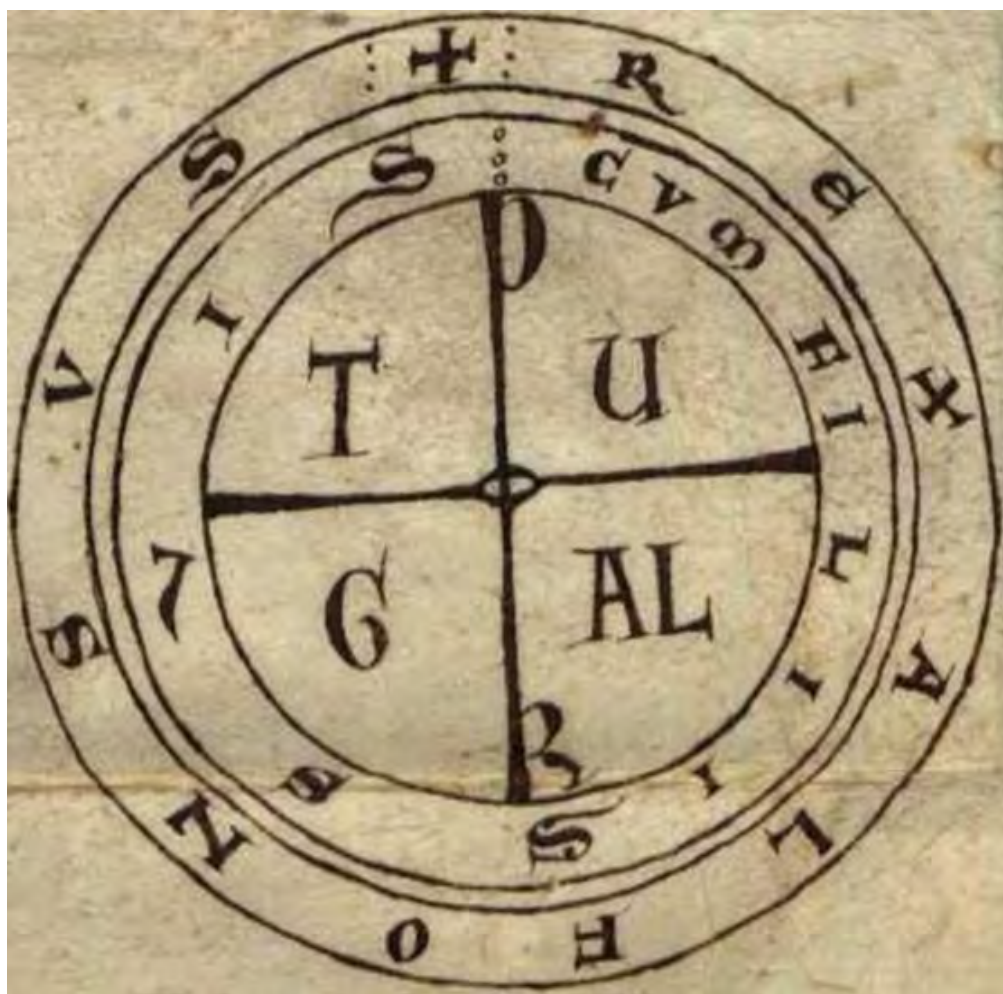
Como se houvesse cumprido a sua missão, D. Afonso IX morre em 24 de Setembro seguinte, permitindo a união dos reinos de Leão e Castela. D. Fernando III, que o povo viria a cognominar de Santo, tornava-se o senhor do mais poderoso reino da península, com todas as vias abertas para avançar até ao Mediterrâneo.

Portugal via-se liberto, simultaneamente, dos perigos muçulmano e leonês, agora que o rei de Castela e Leão tinha como principal prioridade o avanço da Reconquista e o império almóada se pulverizava em pequenos reinos taifas.

D. Sancho II de Portugal ocupa a vila de Elvas que fora abandonada e concede-lhe

Carta de foral, logo em maio de 1229. As planícies alentejanas abrem-se ao ímpeto dos cavaleiros portugueses, ao mesmo tempo que os exércitos de Fernando III avançam, imparáveis, para o Sul.

Garantes da defesa do Tejo, os Templários cedem aos cavaleiros de Santiago e aos Hospitalários o destaque desta correria para o sul. A estes se deve, sob o comando do seu Mestre, Afonso Peres Farinha, a conquista de Moura, Serpa, Aroche e Ara-



cena, em 1232. Mas não se eximem ao combate. Nesse mesmo ano o Templo conquista Monsaraz, enquanto os cavaleiros de Santiago, comandados por Paio Peres Correia, ocupam as vilas e castelos do troço final do Guadiana, isolando o Algarve para melhor o dominar. Aljustrel cai em 1234, Mértola, em 1238, Cacela e Alvor em 1240, o mesmo ano em que D. Sancho II conquista Aiamonte.

O avanço castelhano não fora menos fulgurante. Em 1236, a antiga capital Omíada, a Córdova da mesquita com floresta de colunas, caía às mãos de D. Fernando III. Niebla e Huelva seguiam-se-lhe, em 1238. Sevilha capitula em 23 de Fevereiro de 1248 Ceras. Haviam decorrido vinte e quatro dias desde que D. Sancho II falecera no exílio de Toledo.

O novo poder, saído da guerra civil que opusera D. Sancho II a seu irmão, o futuro

D. Afonso III, resultava, em boa parte, da acção conjunta do Templo e de Cister.

O futuro viria a demonstrar que haviam feito a opção correcta.

#### Notas:

1 - *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios*, vol. I, tomo I, Lisboa, 1957 (=DMP-DR), nº 203.

2—Maur Cocheril, «Abadias Cistercienses portuguesas», *Lusitania Sacra*, Série 1, 1959, nº4, p. 75.

3 -- *Vida de S. Teotónio*, Lisboa: Ed. Colibri, 2013, p. 9

4 - *DMP-DR*, nº 63. Nesta doação estavam também incluído o castelo de Santa Eulália (e a vila de Quiaios) em troca do castelo de Coja.

5—*DMP-DR*, nº 79.

6 - *DMP*, vol. I, tomo 1, doc. 77, e vol. II, tomo 2, nota XXI, p. 593.

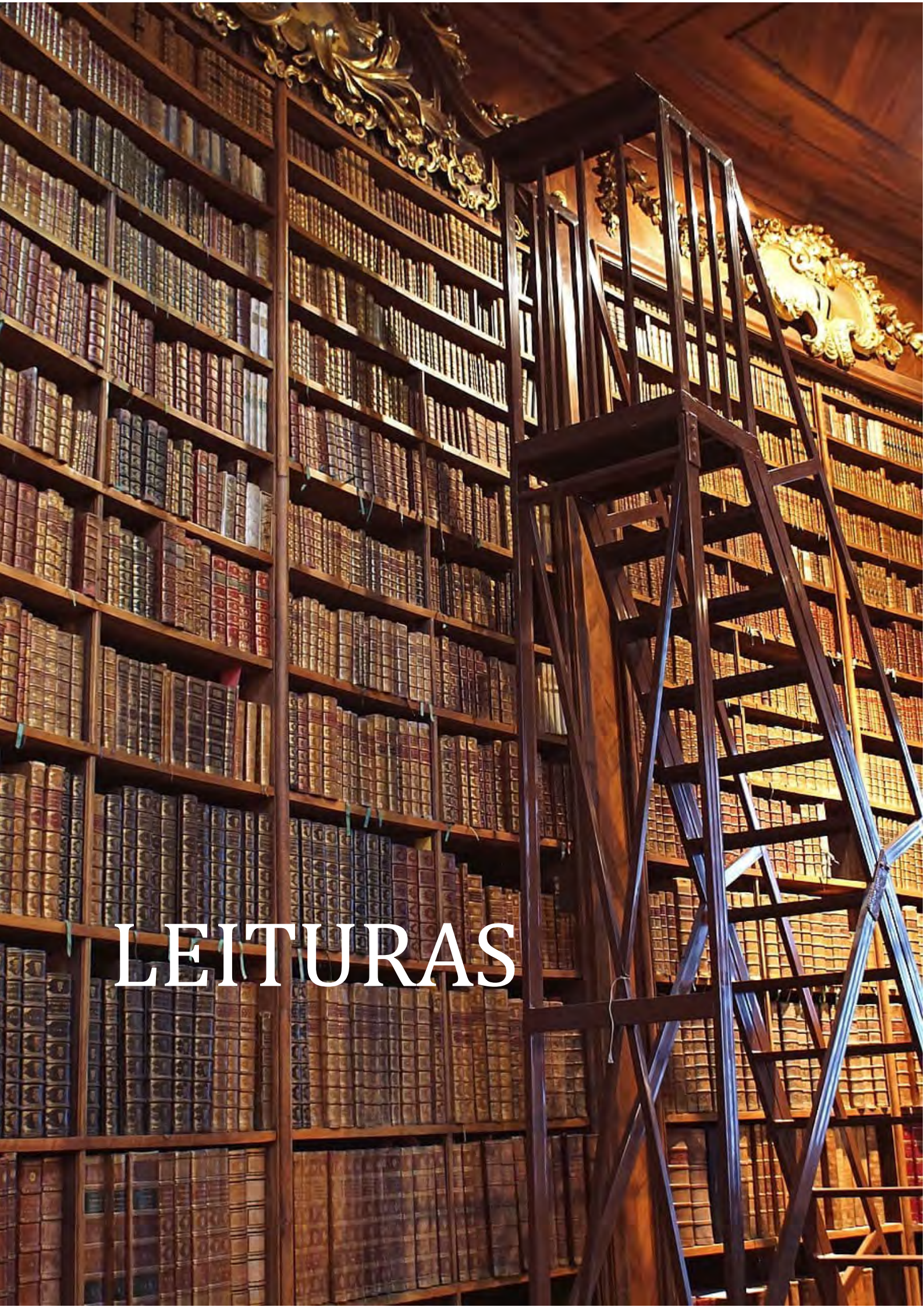
7 - MANNIER, Eugène, *Les commanderies du Grand-Prieuré de France d'après les documents inédits conservés aux archives nationales à Paris*, Paris: Lib. Aug. Aubry et Lib. Dumoulin, 1872, p. 5. Uma carta de Isambart, Prior da Igreja de Santo Elói, em 1175, refere a *domui Templi Parisius et fratribus ibidem commorantibus*.

8 - Maur Cocheril, *Id.* p. 71

9 - Maur Cocheril, *ib.*, p. 77.

10 - *Ibid.*, p. 78.

*António B. Vicente, 33º*



# LEITURAS

*La Iniciación masónica en el REAA  
(Grados 1º al 33º): De siervos a ciudadanos*

JOAN-FRANCESC PONT CLEMENTE e  
NARCISO SÁEZ-NARRO



Joan-Francesc Pont Clemente  
Narciso Sáez-Narro

LA INICIACIÓN  
MASÓNICA EN EL  
REAA

(Grados 1º al 33º)

De siervos a ciudadanos



Um trabalho profundo e erudito sobre os aspectos essenciais da iniciação em cada um dos graus do Rito Escocês Antigo e Aceite pela mão de dois veteranos e experientes Grandes Inspectores Gerais.

**Idioma:** Castelhana

**Páginas:** 376

**Edição:** 1ª

**Data de publicação:** 22-07-2020

*Los grados superiores del Rito Escocés Antiguo y Aceptado: Su significado e interpretación*

JOAN-FRANCESC PONT CLEMENTE e  
NARCISO SÁEZ-NARRO

Se quiséssemos definir a nossa percepção da Maçonaria através de algo, deveríamos fazê-lo pelo seu compromisso, pela sua necessária conexão ética e moral com a vida diária em que está imersa. Os nossos ritos são apenas uma dramatização do conteúdos éticos quotidianos que por meio deles se tornam visíveis. Para que o processo se realize, é necessário, no mínimo, o caminho iniciático, a metáfora, o símbolo, mas requer, também, o auxílio da demanda e a interrogação sistemática.

LOS  
GRADOS  
SUPERIORES  
DEL RITO ESCOCÉS  
ANTIGUO Y ACEPTADO

Su significado e interpretación

Joan-Francesc Pont Clemente  
Narciso Sáez-Narro

masonica.es

**Idioma:** Castelhana

**Páginas:** 250

**Edição:** 1ª

**Data de publicação:** 25-07-2019

## *Moral y Dogma del Rito Escocés Antiguo y Aceptado: Obra completa*

**ALBERT PIKE**

Obra de referência única que expõe todo o sistema de instrução moral e filosófica desenvolvido no ritual do Rito Escocês Antigo e Aceite.



**Idioma:** Castelhana

**Páginas:** 800

**Edição:** 1ª

**Data de publicação:** 19-05-2018



*Pensar a Educação: Escola, justiça social e participação*

**PEDRO PATACHO**

*Análise profunda, abrangente e rigorosa da relação escola-família-comunidade, sem perder de vista a defesa das escolas como espaços públicos e defendendo um modelo de intervenção cívica das famílias congruente com um projecto de escola democrática, inclusiva e de justiça social.*

*Maria Alfredo Moreira*  
Universidade do Minho

**Idioma:** Português

**Páginas:** 259

**Edição:** 1ª

**Data de publicação:** 27-05-2021

